



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1011/15	DATA: 30/06/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 17h22min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURÍCIO SPONTON RASI - Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP.
HUMBERTO ADAMI - Presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.
CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR.
GABRIEL SAMPAIO - Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.
TAMARA NAIZ - Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG.
GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES (GOG) - Representante do Movimento Hip Hop.
MIRTES SANTOS - Representante do Coletivo Negra da, do Espírito Santo.

SUMÁRIO

Debates sobre as causas, razões, consequências, os custos sociais e econômicos da violência, morte e do desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Uma boa tarde a todas e todos.

Declaro abertos os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI que apura a violência contra jovens negros e pobres, o desaparecimento, a morte desses jovens.

Quero convidar o nosso Vice-Presidente, ex-Ministro do Esporte e eterno Ministro da nossa juventude, o Deputado Orlando Silva, para compor a Mesa conosco.

Antes de darmos início à audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação de vários requerimentos, informo que durante a fala dos convidados não haverá apartes. Os Deputados que queiram interpelar os convidados devem inscrever-se junto à Secretaria da Comissão.

Então, convido para sentar-se à mesa Maurício Rasi, representando a Secretaria Nacional de Segurança do Ministério da Justiça.

Convido também Genival Oliveira Gonçalves, mais conhecido como GOG, representante do movimento *hip hop (palmas)*.

Convido também para sentar-se à mesa o Sr. Humberto Adami, representante da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil (*palmas*).

Também quero convidar para sentar-se à mesa Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior, nosso Ouvidor da SEPPIR, companheiro que viajou pelo Brasil acompanhando a CPI nas audiências públicas de urgência, nosso companheiro, o popular Carlão. (*Palmas.*)

Foram convidadas também as presidentas da UNE e da UBES, mas elas estão num ato lá na Esplanada; então, assim que chegarem, vão ser convidadas para sentar-se à mesa a presidenta da UBES, Bárbara Melo, e a presidenta da UNE, Carina Vitral, e também Ângela Guimarães, que é presidenta do Conselho Nacional da Juventude.

Vamos iniciar a nossa audiência aqui dizendo, primeiro, como eu já disse agora há pouco no plenário da Casa, que sou extremamente contra a redução da maioria penal. (*Palmas.*) A gente teve a oportunidade, durante estes quase 120 dias, de pesquisar junto com o Deputado Orlando Silva e ter acesso a vários



indicadores, e eu acho que o Estado brasileiro assiste a isso de maneira silenciosa. Aliás, toda a sociedade, como o Estado, silenciou perante tantos homicídios de jovens negros e pobres, e ao que se assiste é uma estatística que é muito dura, que é estarrecedora, porque assim que termina a proteção do ECA temos o pico de mortalidade dos nossos jovens negros e pobres, que ocorre aos 19 anos de idade.

Então, a simples redução é um atestado de incompetência da sociedade brasileira, e do seu Estado, por não garantir políticas que deem direito à vida, um direito sagrado, aos nossos jovens. E o pior, o que a sociedade, por intermédio do Estado e do seu representante direto, o Congresso, não pode fazer é tomar a decisão de, perante sua incapacidade de resolver a mortalidade dos nossos jovens aos 19 anos, adotar uma medida revanchista e populista como a de antecipar essa morte para os 16 anos, porque a história mostra, infelizmente, se aprovada — eu acredito que não será aprovada —, o que a simples redução vai fazer com os nossos jovens. O Estado brasileiro, quando deveria lutar por políticas para preservá-los vivos, pode estar reduzindo esse pico de homicídios para os 16 anos.

Portanto, esta audiência de hoje é muito importante, e nós queremos aqui criar uma sinergia, uma energia, força para que a gente possa mexer no coração e nas almas de quem vai votar daqui a pouco, para a gente derrotar essa medida revanchista, porque eu estou convencido, Orlando Silva, de que nós corremos o risco de participar de uma Legislatura que vai ficar marcada na história do Brasil como uma Legislatura revanchista à Constituição de 1988.

Depois de tanto tempo, o Estado brasileiro começa a honrar uma Constituição que garantiu direitos, que é a Constituição Cidadã, de 1988, começa a se organizar para honrar esses direitos. E quando a sociedade, de uma forma ou de outra, por meio de inúmeras políticas, que ainda não foram suficientes e não resolveram o problema do Brasil, mas foram iniciadas pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma, começa a garantir esses direitos, há uma Legislatura revanchista a essas conquistas, não só aos jovens negros e pobres, mas à diversidade sexual, aos homossexuais, aos trabalhadores com a terceirização da atividade-fim, às mulheres, que enfrentam cada vez mais preconceitos, não conseguem obter medidas contra a violência doméstica — enfim, são inúmeros os cidadãos desta sociedade que hoje veem os seus direitos garantidos em 1988 ameaçados.



Portanto, eu quero dizer “não” à redução da maioria penal, e vamos à luta, para que a gente possa derrotar essa PEC hoje, o que será muito importante para o futuro do nosso País. (*Palmas.*)

Portanto, quero passar a palavra a Maurício Rasi. Vamos dar-lhe 10 ou 15 minutos? O que é que a Mesa... Bem, serão 10 minutos. Se for necessário, daremos 15. Vamos combinar aqui 10 minutos.

O SR. MAURÍCIO SPONTON RASI - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a Mesa, o Deputado Reginaldo Lopes, o sempre Ministro Orlando Silva e Carlão, da SEPPIR. Quero também cumprimentar Genival, do movimento *hip hop*, o Dr. Humberto, da OAB, e todos os presentes.

Eu acho que nós estamos num dia extremamente feliz para este debate, um dia tenso, um dia em que a expectativa nos corredores nos traz um sentimento de insegurança, de incertezas, mas nós temos números, nós temos dados que revelam uma profunda desigualdade, uma profunda máscara que se instala para que se faça a defesa da redução da maioria penal.

Infelizmente, parece que quanto mais informações chegam a esta Casa, quanto mais informações aos Ministérios que a sociedade civil, o movimento dos jovens e toda a sociedade organizada acabam trazendo para cá, mais se instala o preconceito, mais se instala o sentimento já populista em relação às medidas que estão para serem votadas.

Nós não temos, na esfera governamental, nenhuma pesquisa, seja da SENASP, seja dos órgãos afetos ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, que revele que a redução da maioria penal vai trazer-nos números mais satisfatórios em termos de redução da violência no Brasil, muito pelo contrário; os números que nós temos, os dados, as pesquisas revelam que a decisão de colocar um adolescente dentro do universo penitenciário aos 16 anos trará com certeza uma cooptação de movimentos já muito bem estruturados de organizações criminosas, que estarão afugentando os laços familiares, estarão fazendo com que esses adolescentes sejam obrigados a se inserir nas organizações criminosas, fazendo com que toda a estrutura social, toda a estrutura familiar seja ainda mais denegrida e degradada.



Os dados que nós temos mostram que os índices de violência infantojuvenil são baixos, na realidade, de acordo com pesquisas feitas pelo IPEA, com pesquisas feitas pela Fundação Casa, com pesquisas feitas por alguns institutos e por algumas universidades.

Parece que nós vamos na contramão do que as convenções internacionais, os tratados internacionais, em que o Brasil se assentou, que o Brasil pactuou. Nós estamos indo na contramão disso. Enquanto o Chile, a Colômbia, o Uruguai, países da América Latina e países da América Central passam a discutir inclusive o aumento do tempo da internação, mas não a redução da maioridade penal, o nosso País vem na contramão de tudo isso e passa à questão da redução da maioridade penal.

Nós temos que definir o perfil desse adolescente. Quem é esse adolescente? Qual é a motivação para ele estar praticando atos em conflito com a lei? Esses adolescentes, na grande maioria, são afrodescendentes. Esses adolescentes não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental. Oitenta e cinco por cento dos adolescentes em conflito com a lei não concluíram o ensino fundamental! Mais de 80% dos adolescentes estão inseridos na questão da drogadição! Isso faz com que eles tenham sérios comprometimentos no discernimento, ainda mais os adolescentes que estão envolvidos com a questão do *crack*!

Então, esses números revelam que nós temos um adolescente que está excluído da questão social, mesmo com os grandes avanços que nós tivemos nos últimos anos feitos pelo Governo Lula e pelo Governo Dilma, grandes avanços, significativos avanços, mas que ainda não refletiram isso lá na ponta. Nós temos adolescentes que não estão inseridos na questão da qualificação técnica de aprendizagem. Nós temos adolescentes que são martirizados cada vez mais, porque estão afastados desse meio, adolescentes que são vitimados. Hoje, o Ministério da Justiça tenta fazer uma grande articulação no seu pacto de redução de homicídios, sabendo que nós temos jovens, principalmente jovens negros, sendo mortos a todo momento neste País. Os números ultrapassam a casa dos 20 mil ao ano de jovens falecidos a tiro. Então, esse reflexo faz com que a gente tenha sentimentos muito pessimistas com o que vem acontecendo neste debate, até pequeno, aqui no Congresso, porque algumas Comissões se instalam — eu já participei de duas ou



três —, as informações são passadas, o debate é sólido, mas, quando chega numa outra esfera, parece que ele não avança.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública é totalmente contra esse projeto de lei, pelas questões constitucionais. Nós estamos correndo um risco absurdo de ter uma situação em que um adolescente que matar alguém na direção de um veículo automotor — após pegar o carro do seu pai e este adolescente ter tomado todas, álcool, ou ter usado drogas e ter matado alguém — e ele ser responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Por outro lado, um adolescente que cometer um crime hediondo, como tráfico ou então roubo seguido de lesão corporal e, na mesma noite, um jovem que matou será responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e o outro que roubou será encarcerado. Será que é isso que preconiza a nossa Constituição Federal? Será que nós estamos diante de uma isonomia, de uma equidade? Todos estarão sendo responsabilizados da mesma forma?

Então, esse é outro debate que nós temos certeza de que o Supremo Tribunal Federal irá enfrentar. E nós não sabemos também qual será o resultado disso. A posição do Governo é que se faça uma ampla revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se discutam tempos maiores no regime da internação e que o pacto de redução de homicídios possa avançar de tal forma que a gente não tenha uma juventude tão massacrada, tão oprimida, que vem sendo morta a cada instante neste País.

Estas seriam as minhas considerações iniciais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero convidar para sentar à Mesa, representando o Ministro da Justiça, o Sr. Gabriel Sampaio.

Passo a palavra ao Sr. Humberto Adami, Presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

Convido a nossa Relatora, a Deputada Rosangela Gomes, para compor a Mesa conosco aqui.

Então, com a palavra o Sr. Humberto Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI - Sr. Presidente, senhoras e senhores, muito boa tarde! Eu agradeço o convite que foi formulado.



Eu vou ser bastante direto no sentido da posição da Ordem dos Advogados do Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil entende que é inconstitucional a redução, porque é cláusula pétrea constitucional e, com certeza, se essa discussão avançar, ela vai parar no Supremo Tribunal Federal. Então, além de todas as considerações de conteúdo que já foram feitas, há uma questão técnica, que é muito evidente. E o Presidente do Conselho Federal, o advogado Marcus Vinicius Furtado, já esteve nesta Casa para dar esse posicionamento do Conselho Federal.

Ademais, estive participando, dentro do Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, como Vice-Presidente da Comissão Nacional da Promoção da Igualdade do Conselho Federal, em parceria com o Ministério da Justiça, com o Conselho Nacional do Ministério Público e com o CNJ, de várias audiências e várias reuniões que foram feitas, inclusive de audiências públicas que ocorreram em decorrência das primeiras. Por exemplo, com o posicionamento do que ocorreu no caso da chacina das Mães de Maio, lá de São Paulo: foram 643 homicídios no período de duas semanas, a maioria jovens, que sequer tiveram investigação, como se nada houvesse existido. Isso aconteceu lá em São Paulo. Também tive a oportunidade de estar junto com a Comissão que esteve no Rio de Janeiro para ver o Mães de Acari, para o que até hoje não ocorreram as soluções. Estive presente numa audiência feita pela OAB da Bahia para discutir a Chacina no Cabula, onde 14 pessoas jovens foram assassinadas. Então, há uma naturalização da violência contra o afrodescendente, o que é um absurdo! Ocorre em níveis bastante escabrosos, níveis que deveriam envergonhar qualquer nação. Há uma naturalidade; é como se não acontecesse nada.

Além do trabalho com a Comissão Nacional da Promoção da Igualdade, a OAB criou a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, porque toda essa violência que a Nação brasileira presencia hoje tem uma única origem: a escravidão negra no Brasil. A escravidão negra é a origem dessa violência, que resulta do racismo que se encontra em todos os Estados em níveis que nos envergonham. Hoje, matam-se afrodescendentes...

E quero fazer um registro importante. Afrodescendentes, como alguns dizem aí, sejam jovens ou velhos, não gostam de apanhar, não, como declarou o técnico



da Seleção Brasileira. (*Palmas.*) Nós não gostamos de apanhar. Nós não gostamos de morrer. Nós gostamos de escola. Nós gostamos de trabalho. Nós gostamos de entrar na universidade. Nós gostaríamos de ser iguais aos outros cidadãos de primeira classe deste País, que infelizmente é um País que trata esse segmento da sua população com extremo desrespeito, com extrema violência, com a morte de jovens de 16 a 24 anos. E verificou-se, nesse Protocolo de Intenções, que, nos últimos 12 anos, o assassinato de jovens negros aumentou em mais de 32%, enquanto, nesse mesmo período, o de jovens brancos diminuiu em mais de 32% também. Então, a violência, a morte violenta, com faca, bala, tem destino certo, tem cor e está totalmente fora de controle. Nós conversamos aqui, os Estados não têm controle sobre isso. Mesmo que se consiga... Então, é um descalabro o que acontece ao nível de genocídio da população jovem deste País.

Eu quero dizer que, além de ser inconstitucional, esse trabalho com a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão tem propiciado, no exame da memória e do resgate, fatos que foram escondidos da história do Brasil e que são ensejadores de se verificar quanta violência a que a população afrodescendente está submetida desde o tempo da escravidão. Conversávamos, ainda há pouco, sobre o fato de que os historiadores dos departamentos de história têm feito muitas pesquisas, mas elas têm ficado, muitas vezes, apenas entre eles.

O Quilombo do Campo Grande, em Minas Gerais, era um quilombo confederado, com quilombolas agricultores. A ordem era para dizimá-los. Foi contratado um bandeirante em São Paulo, pois o quilombo se estendia de Minas Gerais a São Paulo. E como se soube do extermínio? O bandeirante tinha que receber. Ele recebeu 83 quilos de ouro — e está lá a contabilidade —, mas teve que provar a tarefa dele. A prova da tarefa foi entregar as cabeças dos quilombolas assassinados ou os pares de orelhas. Ele entregou 3.800 pares de orelhas. O Quilombo do Campo Grande vai de Ibiá até lá. Isso não é uma coisa de que se tenha conhecimento lá em Minas Gerais nem no resto do Brasil. Então, essa memória da escravidão é um trabalho que a Ordem dos Advogados do Brasil está convidando toda sociedade brasileira para estar junto. Enquanto nós não formos lá e não revisitarmos toda essa história do Brasil, que foi afastada, que não tem apelo na implementação da lei da história da África e da cultura afro-brasileira, para ter a



valorização desse personagem da história do Brasil que é o afrodescendente, nós vamos persistir assim.

Agora, eu penso então que convidar a sociedade para estar junto nessa luta de memória e resgate da escravidão, da história do afrodescendente, é colocar o Brasil de acordo com a sua intenção de nação de Primeiro Mundo, porque até agora há dois Brasis: um, que é esse Brasil de primeira classe, que está apoiando esse projeto; e outro, que é o Brasil que vive nos cantos da República, tentando entrar na universidade, fazendo muita força para estar vivo em muitos lugares, e que às vezes não tem outra opção a não ser aquelas que a gente conhece.

Por isso tudo, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui e dizer que o Conselho Federal da OAB está de pleno acordo com o que foi mencionado aqui pela Comissão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Convido para compor a Mesa a Sra. Tamara Naiz, representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos. Ela se encontra presente? *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto, Ouvidor da SEPPIR, o Carlão.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Boa tarde a todas e a todos! Inicialmente quero agradecer ao Presidente da CPI da Violência contra Jovens Negros, o Deputado Reginaldo Lopes, e também fazer um agradecimento especial à Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, aos Deputados presentes aqui e aos meus colegas que compõem esta Mesa.

Inicialmente, Presidente, quero agradecer pelo convite feito à SEPPIR, à Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, para expor um pouco também essa problemática que vem afligindo o nosso País, que é a morte em massa da nossa juventude negra. É importante que a gente faça primeiro uma reflexão, antes de entrar no tema, tão nefasto para mim, da redução da maioria penal, sobre os homicídios, que são a principal causa de morte desses jovens negros.

Atualmente, eles têm cor, local, idade e gênero. Segundo dados do DATASUS, que é um órgão do Ministério da Saúde, até 2002, 56.337 pessoas foram vítimas de homicídio em nosso País. Mais da metade delas, ou seja, 52,63% eram jovens, dos quais 77% eram negros e 93,30% eram homens, do sexo masculino,



sendo mais preciso. Ou seja, de cada quatro jovens que morrem, vítimas de homicídio em nosso País, três são negros. Nesse sentido, para mim, Sr. Presidente, fica evidente que a nossa juventude negra, os nossos adolescentes não são a causa da violência em nosso País, mas são vítimas, sim, dessa violência, que está desenfreada no País. *(Palmas.)*

De acordo com o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, do Conselho Nacional de Justiça, foram registradas, até 2011, cerca de 90 mil ocorrências por adolescentes. Desses 90 mil, cerca de 30 mil cumprem medidas socioeducativas. Apesar de alguns dizerem que esse número é bastante considerável — 30 mil jovens cumprindo medida socioeducativa —, é importante entender que ele representa meio por cento da população juvenil do País. Ou seja, nós temos uma população de 21 milhões de jovens, dos quais 30 mil cometeram atos infracionais e estão respondendo a medidas socioeducativas. Desses adolescentes responsáveis... Menos de 10% dessas infrações são lá registradas como: 73% são contra o patrimônio, sem violência, ou seja, trata-se de furto. Inclusive, se a gente for descendo aos detalhes desses dados, percebe que muitos desses furtos são crimes cometidos por adolescentes que não tinham o que comer, como furtar um biscoito dentro da padaria, uma comida ou um livro. Já existem diversos casos de estudantes que furtaram livros e foram encaminhados para as casas de acolhimento.

Dentro do Direito Penal, isso é conhecido como furto famélico ou princípio da bagatela, e ele não seria punido se fosse adulto. Mas, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como não existe a questão da sanção apenas pela sanção, e, sim, pela recuperação socioeducativa desse adolescente, ele responde da mesma forma. E, no Estatuto da Criança e do Adolescente, existem diversas medidas socioeducativas que podem ser restritivas de direito, como a internação e também a advertência, e o cumprimento de prestação de serviços à comunidade. Então, é falso dizer que esse adolescente não é punido. Se um adolescente cometer ato infracional aos 13 anos, ele pode cumprir até 8 anos de medida socioeducativa: 3 anos de internação, mais 3 anos de semiliberdade, mais 3 anos de cumprimento de prestação de serviços à comunidade. Ou seja, ele pode ser penalizado em 8 anos com essa medida. Então, é falso afirmarmos que não existe a punição desse



adolescente. Existe, sim. Ele é responsabilizado pelo ato que cometeu dentro desse cenário de ato infracional.

Mas, pasmem! Eu fico me perguntando por que é tão impressionante quando as redes televisivas colocam que esse meio por cento, que eu acabei de dizer aqui, que representa a nossa juventude, é tão dado quanto esse sensacionalismo que a imprensa dá para gente. Para mim — e não sou um estudioso da questão da mídia —, deve ser porque o criminoso não está dando ibope. E a mídia tem que cada vez mais massificar essa juventude e dizer que a solução é a redução da maioria penal. Eu entendo que isso é algo gravíssimo, que é para tentar trazer algo que não é a causa do problema, mas faz parte, sim, da consequência da violência em nosso País que precisa ser parada de certa forma.

Senhoras e senhores, eu não vou entrar aqui, como o meu antecessor entrou, na questão do debate da inconstitucionalidade da PEC, porque eu entendo que isso é fato já consumado. Eu entendo que essa PEC é inconstitucional. E, caso ela passe, ela deve ser objeto de análise do Supremo Tribunal Federal. Mas eu entendo que ela carece de razoabilidade. E isso eu acho que a gente precisa trazer para a Casa. Por quê? Ela vai tratar de uma forma não adequada para atingir um objetivo que ela busca. E esse objetivo, que se justifica pela redução da maioria penal, é o objetivo que todo o movimento social também busca, que é reduzir a criminalidade. Tanto quem é a favor como quem é contra tem sempre o intuito de reduzir a criminalidade do nosso País. Mas reduzir a maioria penal não vai ser um meio eficaz e eficiente para diminuir a criminalidade em nosso País, inclusive porque a gente pode trazer os dados de reincidência que existe em nossos presídios.

E aí o Maurício traz aqui brilhantemente — e eu posso apenas ajudá-lo — que 70% das pessoas que cometem crime reincidem quando vão para o sistema carcerário brasileiro, e os adolescentes estão abaixo de 20% quando eles estão em medida socioeducativa. Isso demonstra que as medidas socioeducativas em nosso País são eficazes. Por que eu acho que elas precisam melhorar? Precisam, sim! Mas isso mostra que a reincidência é três vezes menor do que a reincidência no presídio. E nós precisamos trazer esses dados para a mesa, precisamos trazê-los para o debate.



Além disso, eu também quero trazer uma fala do Procurador-Geral do Estado de São Paulo, pois, dentro desses seminários, não obstante entender sempre ser receoso no debate moral e religioso, muito porque este é um Estado laico, mas o Procurador traz algo que a gente precisa refletir também, já que nós temos aqui dentro deste Congresso uma bancada que é religiosa, que entende muita coisa sobre religião, do que eu não sou estudioso também. E aí o Procurador nos traz a seguinte argumentação: que a redução da maioria penal poderia ser considerada um pecado inclusive. Por quê? Porque ela se fundamenta no sentimento odioso de vingança, que alguns setores da sociedade querem impor a alguns adolescentes, e ela nunca está amparada no ideal de justiça, que deve ser o ideal que esta Casa deve perseguir sempre.

Então, além disso — e eu sei que o meu tempo já está para se esgotar —, é importante também que esse olhar da redução da maioria penal, para a SEPPIR e para mim pessoalmente, é um olhar desvirtuado. Nós entendemos que a gravidade do problema está na aplicabilidade das políticas públicas. Nós precisamos aplicar as políticas públicas do nosso País com eficácia. E se a gente precisa reduzir alguma coisa, a gente precisa reduzir, sim, é a ineficiência deste Estado para com a juventude negra deste País, que precisa ter políticas públicas na área da educação (*palmas*), na área da saúde, na área da cultura, na área de desenvolvimento, porque não é reduzindo a maioria penal que nós vamos garantir a redução da criminalização e garantir uma juventude mais desenvolvida, mais apta ao trabalho, à cultura e ao desenvolvimento de um projeto de Nação que nós queremos.

Então, Deputado, estamos à disposição. A SEPPIR, a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, coloca-se à disposição desta CPI, como sempre esteve e se coloca também à disposição dos Deputados e das Deputadas, para a gente fazer uma reflexão sobre esse assunto. Eu acho que ainda há tempo para a gente refletir que esse não será um caminho proveitoso. Esse caminho é um caminho que atenta aos nossos direitos constitucionais, às nossas garantias, que muito custaram aos negros e negras deste País.

Por isso, mais uma vez quero agradecer o convite e dizer que estou à disposição de vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Carlão.

Quero passar a palavra ao representante do Ministro Eduardo Cardozo, o Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Boa tarde a todas e a todos! Gostaria de cumprimentar o Presidente, o Deputado Reginaldo Lopes, agradecendo-o pelo convite e, na pessoa do Presidente, quero também cumprimentar os demais Parlamentares, a Deputada Rosangela Gomes, que brilhantemente também conduz a relatoria desta Comissão, todas e todos os presentes.

Estou aqui representando o Ministro da Justiça. Já tivemos a fala brilhante do meu colega Maurício Rasi, que trouxe aqui os elementos da segurança pública em relação a essa temática. E aqui acho importante trazer, dentro do elemento jurídico, algo que é fundamental para a estratégia a partir de agora. Com toda a sociedade diante de um debate tão importante, é fundamental que este momento de decisão seja permeado do máximo de informações possíveis, para que tanto os Parlamentares possam decidir a partir dessas informações quanto a própria sociedade possa problematizá-las e debatê-las. Nós temos a convicção de que, num momento histórico como este, é fundamental que a decisão seja tomada com base não só em dados concretos, mas também com elementos da nossa história, que são fundamentais.

E nesse ponto específico, Presidente, eu gostaria de ressaltar aqui um ponto que é essencial. Nós falamos muito, e uma convicção jurídica nossa que é essencial é o fato de nós estarmos tratando de uma cláusula pétrea da Constituição. Só que dizer isso do ponto de vista abstrato é algo que talvez não esgote o sentido dessa cláusula pétrea. E eu gostaria de trazer esse testemunho até a partir de um compromisso ético com todos aqueles brasileiros e brasileiras que lutaram para que o nosso País considerasse, na sua Constituição Federal, elementos de cláusula pétrea, direitos e garantias individuais e fundamentais como cláusula pétrea. Eu não poderia estar aqui sendo e me considerando, convictamente pelo meu fenótipo e genótipo, um jovem negro sem render um tributo à minha ancestralidade e a todos aqueles que lutaram por uma Constituição Cidadã que protege os direitos e garantias individuais de todas as cidadãs e cidadãos brasileiros. É fruto dessa luta, da morte, do sangue, do açoite de tantos brasileiros e de tantas brasileiras, que os



direitos e garantias individuais foram a proteção que esses lutadores, que essas pessoas que por nós morreram, deixaram-nos, para neste debate podermos defender o sangue e a luta desses cidadãos e cidadãs.

A cláusula pétrea, portanto, que protege o jovem menor de 18 anos da imputabilidade penal não só o protege da imputabilidade penal, mas também o protege de uma triste realidade do sistema prisional. E nós temos a convicção de que cumprimos um papel republicano ao externá-lo para a sociedade. Nós temos um sistema prisional hoje em que, infelizmente, o Estado brasileiro é incapaz de garantir sequer as condições mínimas para o trabalho, para a educação. Mais de 86% dos presos hoje não têm acesso ao trabalho; mais de 80% não têm acesso à educação. Há seis vezes mais chances de uma pessoa presa estar sujeita a uma morte violenta do que qualquer cidadão hoje nas ruas das nossas cidades e há 60 vezes mais chances de ela contrair o vírus do HIV. E isso sem problematizar a nossa questão e a situação do déficit no sistema prisional, que nós também externamos no relatório publicado pelo Departamento Penitenciário Nacional esta semana, que dá conta inclusive da existência de um déficit de mais de 231 mil vagas hoje no sistema prisional.

Nós tivemos a oportunidade de entregar, já no dia de hoje, e de compartilhar por meio eletrônico, no gabinete de todos os Parlamentares esses dados do levantamento do Departamento Penitenciário Nacional. E nós tratamos de um ponto especial. O Ministro fez questão de colocar a público que, somado o déficit de 231 mil vagas com o banco de mandados de prisão a serem cumpridos, considerando hoje as hipóteses trazidas pela proposta de emenda constitucional, nós teríamos um acréscimo de 30 a 40 mil jovens hoje neste atual sistema prisional. Isso dá basicamente uma demanda de 4 anos, que é o tempo médio para a construção de um estabelecimento capaz de abrigar esse novo público. É o tempo médio de construção do estabelecimento. Isso tudo gira em torno de um investimento anual de pelo menos 1 bilhão e 300 milhões de reais, numa conta modesta em termos de custo, mais 577 milhões por ano, só para manter essa vaga.

Todos temos claro que, além de ser difícil executar esses recursos, sinceramente a nossa busca seria para que eles fossem executados num sistema eficiente em promover: educação, acesso ao trabalho, acesso a um ensino



profissionalizante, acesso a direitos sociais e garantias e fundamentais. É um recurso que certamente fará falta para a promoção desses direitos essenciais.

Portanto, achamos fundamental problematizar, com este debate, esse tema também, porque, como já foi dito anteriormente, nós não estamos tratando de uma discussão que opõe aqueles que acreditam na repressão, na punição, àqueles que não acreditam na possibilidade da responsabilização daqueles que cometem atos ilícitos. Isso não é verdade. O debate atual está opondo aqueles que acreditam que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a principal ferramenta para promover a responsabilização daqueles que venham a cometer algum ato grave, algum ato ilícito, por meio de medidas socioeducativas, e essas medidas socioeducativas não opõem aqueles que acreditam na necessidade de responsabilização dos jovens. Essas medidas são as mais adequadas, e isso é consagrado internacionalmente.

O nosso País só considerou o direito à imputabilidade penal a partir dos 18 anos, em esfera constitucional, em 1988, não por um simples fato aleatório, mas porque o nosso País foi vanguardista na discussão para construir um modelo de responsabilização pautado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi a primeira vez que o nosso País tratou desse tema na Constituição e inaugurou um debate mundial a respeito da responsabilização adequada, onde o jovem fosse reconhecido na sua condição peculiar, como sujeito de direitos, como portador de demandas especiais para a sua formação.

E nós temos consciência disso e o compromisso não só com esses parâmetros constitucionais, que são inéditos na nossa história e inauguram o debate que no mundo é progressivo. Então, há um dado que é preciso estar apropriado por todas e todos nós, que é o fato de que hoje a tendência mundial é a da responsabilização aos 18 anos! É o que orienta a Convenção sobre os Direitos da Criança e do adolescente, desde 1989.

Para usar o exemplo estadunidense, muito tratado como caso de um país com visão conservadora a respeito das punições, 41 dos 50 Estados estadunidenses têm a responsabilização aos 18 anos. Dos 9 que não a têm, já há Estados que têm discutido a alteração da maioridade penal para se aproximar dos 18 anos. É a declaração do Governador de Nova York, que está pública, para que todos possam ler. São dados do Departamento de Estado norte-americano, dos



especialistas da Universidade de Yale, que vieram visitar o Ministro e trazer o depoimento de que se inspiram no nosso modelo, no modelo do Estatuto da Criança e do Adolescente, para produzir uma forma mais eficaz de responsabilização. E é disso que nós estamos falando. Se pode haver dúvidas em relação aos dados, eles estão amplamente disponíveis para que todos tenham acesso.

Eu não posso deixar também de fazer um alerta importante, Sr. Presidente: é um tema que também deve ser debatido de forma exaustiva por toda a sociedade. Espero que também possamos contribuir com este debate para os Parlamentares em relação às consequências que a alteração na maioria penal pode gerar em nosso ordenamento jurídico. Esta é uma questão jurídica, mas também é uma questão social da mais profunda importância.

Da forma como estão colocadas as propostas no texto original, agravado pelo texto substitutivo que está sendo submetido ao Plenário, nós temos uma insegurança jurídica em relação à aplicação de normas relativas à responsabilização de adultos que se utilizam de jovens para a prática de crimes. Há uma série de condutas na legislação penal que buscam trazer maior rigor a esse tipo de responsabilização. E cito aqui, para me ater a um único exemplo, a situação dos crimes sexuais e que, portanto, é uma esfera de proteção que almeja a legislação penal. A partir do momento em que houver a redução da maioria penal, aqueles casos como, por exemplo, o caso do rufião, também conhecido na cultura popular como cafetão, aquele que explora economicamente a pessoa na condição da prostituição, este poderá ter, sob as bases da lei penal, a atenuação da sua pena e poderá inclusive, para esses casos, não ser punido pela legislação.

Aquele que é autor e que submete uma criança ou adolescente a uma situação de crime sexual também poderá ter a sua pena deixada de ser aplicada para os crimes cometidos àqueles que têm a partir de 16 anos.

A venda de bebidas alcólicas também é um fator muito grave nessa situação, inclusive de violência. Há muitos crimes associados — o Maurício Rasi lida com isso na sua experiência cotidiana na segurança pública — ao consumo de bebidas alcólicas. Esta Casa aprovou este ano a Lei nº 13.015, para trazer a punição àqueles que antes eram punidos apenas por uma contravenção penal. E esta Casa determinou que essa punição fosse feita pelo Código Penal, com penas



de 2 a 4 anos, para aqueles que vendem bebidas alcóolicas para crianças e adolescentes. Ou seja, menores de 18 anos que, a partir desse parâmetro constitucional, passariam a não ter mais a proteção da norma penal contra este tipo de conduta.

Eu caminho então para o encerramento, Presidente, ressaltando um ponto que para nós é fundamental, além desses destaques que fizemos. Nós entendemos o Estatuto da Criança e do Adolescente, não só nós, do Ministério da Justiça e do Governo Federal, mas também amplos setores da sociedade que fazem parte do debate político a respeito dos direitos e das garantias da juventude brasileira. É um debate que tem respaldo mundial em proteção a essa norma.

Essa norma prevê formas de responsabilização, e, por qualquer motivo, se esta Casa achar importante fazer ajustes nessa lei, nós estamos dispostos a fazer este debate, o debate a respeito do tempo da internação, o debate a respeito do agravamento de pena para os crimes cometidos por adultos contra crianças e adolescentes, o debate por políticas públicas que garantam a eficácia do Estatuto.

Nós temos a compreensão jurídica e histórica de que este é o terreno para fazer uma discussão que esteja conectada com as demandas de saúde, de educação e de uma juventude apta a fazer o nosso País cada vez maior e mais pronto para enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Nós ficamos, então, Ministério da Justiça, à disposição para seguir neste debate, reforçando o nosso compromisso histórico e ético com todos aqueles que lutaram para construir todos esses direitos e garantias fundamentais.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Pela ordem, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu sei que o momento está muito complexo aqui no Congresso Nacional pelo tema do dia. Mas algo está me preocupando. Eu estou entendendo que há interesse dos membros da Mesa também de corroborarem com a matéria que praticamente iremos votar aqui, independentemente de quem a apoia ou não. Mas eu queria só entender. Audiência



pública, neste caso, não é para isso. São outros assuntos. Eu observei que, dos que falaram, até agora só um tocou praticamente no assunto que, eu acho, é objeto desta audiência aqui. Eu respeito os posicionamentos, os esclarecimentos e tal, mas estão se tornando repetitivos aqui na Casa — desde manhã que escutamos isso. Então, desculpem-me, mas eu só queria ver se nós poderíamos ficar mais no tema desta audiência, porque eu o considero de alta relevância. Esta Casa nunca se abriu a esse assunto como está se abrindo agora, tratando desse particular, da violência contra negros e pobres. É um assunto muito raro que estamos discutindo aqui. V.Exa. o trouxe à tona. Esta Comissão está funcionando, e eu acredito que não podemos perder oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Esta audiência de hoje foi convocada para tratar, do ponto de vista da redução da maioria, do aumento da violência. Então, os convidados estão livres para suas manifestações. Então, está prejudicada a questão de ordem.

Passo a palavra à próxima oradora, Tamara Naiz, Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A SRA. TAMARA NAIZ - Obrigada, Deputado Reginaldo Lopes, Deputada Rosângela Gomes.

Eu sou Tamara, Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos, e estou aqui inclusive trazendo as justificativas da Karina, Presidenta da UNE, da Bárbara, Presidenta da UBES, e da Ângela, Presidenta do CONJUVE, por não estarem aqui neste momento. Elas estão tentando assegurar a entrada do maior número de pessoas possível para a votação que vai acontecer sobre a redução da maioria penal.

Eu não vou falar muito. Eu venho aqui trazer só uma palavra das entidades estudantis brasileiras — UNE, UBES e ANPG —, dizendo que nós, no âmbito do Movimento Estudantil Brasileiro, temos debatido há algum tempo a necessidade da ampliação de espaços para a juventude negra e para a juventude pobre. A gente entende que as políticas públicas têm avançado nos últimos anos do Brasil, mas ainda há muito a se fazer. A gente entende que as políticas públicas têm avançado, mas há parcelas da população que ainda não foram alcançadas na sua plenitude. No âmbito da pós-graduação, por exemplo, nós, da ANPG, aprovamos em nosso



Congresso, no ano passado, a defesa, e vamos apresentar em breve — estamos debatendo aqui com alguns Deputados — um projeto de lei sobre cotas na pós-graduação.

Para vocês terem ideia, na pós-graduação brasileira, onde se realiza 90% das pesquisas feitas no País, hoje apenas 14% dos doutores são negros, apenas 18% dos mestres brasileiros são negros, apenas 0,03% dos pesquisadores e cientistas, financiados pelo CNPq, nos seus comitês de assessoramento, são negros. A desigualdade salarial entre homens e mulheres na pós-graduação, segundo dados da própria CAPES, em média, é de 42%, muito maior do que no mercado de trabalho de modo geral.

A Academia Brasileira de Ciência consegue refletir de modo muito mais agudo as desigualdades existentes na sociedade. Então, nós estamos tentando combater isso. A gente acredita que a universidade tem se aberto, mas é preciso que ela se abra mais, é preciso que ela se abra na sua pesquisa, na sua extensão, e não só na graduação, para os desafios, para o avanço da nossa sociedade, que precisa de um salto civilizacional, que tem passado por dilemas muito importantes nos últimos tempos.

Então, a gente acredita que é fundamental que a Academia Brasileira se abra mais, que permita que pessoas diferentes, de locais diferentes, com olhares diferentes possam refletir sobre os problemas da nossa sociedade e, de fato, possam propor questões outras que não estão dadas.

Então, nesse sentido, eu vim trazer a palavra da ANPG, das entidades estudantis, e dizer que vemos não só com bons olhos, mas até com certa esperança o trabalho desta CPI, que tem apontado e levantado dados importantes. É uma CPI muito nova e, eu diria, até muito diferente nesta Casa, que, infelizmente, não consegue se ocupar, muitas vezes, de problemas reais da maioria da população brasileira, e, em muitos casos, inclusive, até ultimamente, afastando o povo brasileiro desta Casa.

Há pouco, o Deputado falou sobre a redução da maioria penal. Eu estou vendo nesta sala várias pessoas que estiveram em uma marcha, agora de manhã, na Esplanada dos Ministérios, contra a redução da maioria penal. Nós conseguimos reunir cerca de 10 mil pessoas. Vieram estudantes do Brasil inteiro, do



Maranhão, do Acre, do Rio Grande do Sul para dizer “não” à redução da maioria penal. (*Palmas.*) Nós acreditamos que isso não seja apenas uma enganação à população brasileira, porque não resolve o problema da violência, é mais grave ainda porque reduz sonhos, a possibilidade de um futuro, de uma parcela muito grande da juventude brasileira.

Por isso, a gente diz “não” à redução da maioria penal. Por isso, a gente disse que a juventude precisa de mais sonhos, de mais possibilidades de futuro e não de mais frustração e de mais cortes das suas possibilidades de futuro.

Então, uma saudação a esta Comissão! Eu também vou ter que me juntar às pessoas que estão tentando abrir as portas desta Casa, que deveriam estar sempre abertas para o povo brasileiro, para que a gente possa acompanhar essa votação e fazer uma pressão para que, de fato, a gente possa barrar a redução da maioria penal. Mas não só isso: que a gente possa colocar em pauta outras questões importantes para a juventude negra, para a juventude da periferia, como apresentar e conseguir colocar a PEC do fim dos autos de resistência, um passe livre para a polícia brasileira romper os sonhos da nossa juventude.

Então, dito isso, eu quero agradecer e deixar registrada a nossa participação, justificar o porquê de a UNE e a UBES não estarem aqui. Desejo sucesso a esta CPI. Que ela possa, de fato, apresentar à sociedade brasileira um conjunto de dados que vem sendo mascarados, infelizmente, e não são públicos. E que a gente possa mudar a realidade e as possibilidades da nossa juventude.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Tamara Naiz.

Com a palavra o Genival Oliveira, representante do Movimento Hip Hop, o GOG.

O SR. GENIVAL OLIVEIRA GONÇALVES - Boa tarde a todas e a todas, até por uma questão de reparação histórica. E o que a gente discute aqui exatamente passa por esse tema da reparação histórica. Gostaria de agradecer o convite da Mesa, do Deputado Reginaldo Lopes, e saudar todas as mulheres, principalmente as mulheres negras presentes. Isto é muito importante. (*Palmas.*)



Eu gostaria de ler, primeiro, aqui, rapidamente trechos de um poema da *Gramática da Ira*, de Nelson Maca, que, para nós, é uma cartilha importante e de cabeceira:

*“Ainda resta nosso corpo solto e nossa mente
descrente,
daqueles que pensam que delegam que nossa vida
só agora é livre,
daqueles que pensam que escondem a vontade de
analisar o estado de nossos dentes,
daqueles que ainda anseiam apalpar nossos
músculos em praça pública.”*

Nelson Maca, *Gramática da Ira*. (Palmas.)

A minha fala e a minha contundência vai exatamente na contradição. O hip hop nasce exatamente, verborragicamente da contradição urbana e assim ele escreve as suas linhas e tece os seus comentários.

Eu, olhando essas presenças aqui, vejo o tecido negro na sua maioria. Eu vejo que o assunto, o tema de hoje interessa mais ao tecido negro. Na mesma hora, a contradição: quando eu olho para aquele quadro ali eu vejo o tecido contrário ao negro na inversão da cor ali. E talvez daí comece o nosso extermínio e nosso genocídio porque máscaras brancas não vão entender peles negras, por mais sábias e por mais intencionadas que sejam as peles brancas. (Palmas.)

É preciso denegrir o Estado, enegrecer o Estado para que nós possamos entender que o Estado não muda o estado das coisas. O Estado é um plano bem montado. Se pegarmos os livros, as cartilhas que foram escritas por eles, nós saberemos quem foram os criadores, os mentores do Estado. As nossas comunidades perguntam: será que existe o bom policial? E quando você vai pesquisar e vai à busca, você vê na história da criação da polícia brasileira que a polícia nasce para proteger o patrimônio. Apenas 8% dos homicídios no Brasil, de forma geral, são elucidados e levados até o fim.

É neste ponto, Deputado Eurico, que nós dissemos e colocamos que tudo isso aqui é oceano negro, tudo isso aqui é discussão, porque a morte não acontece apenas no delito, no sangue derramado, mas a morte ocorre na diligência.



Infelizmente, pela distância da política pública, o primeiro marco legal na nossa comunidade foi o que autorizou que a gente fizesse uma gambiarra da Internet e a ligasse. O primeiro marco civil, Paulão, que nós conhecemos foi o que chegou para prender o marco legal e cortar a gambiarra. Essa distância da política pública tem nos machucado bastante. Mas historicamente nós vamos entender por quê.

Nós todos sabemos que, para nós, negros e negras, o maior exemplo de democracia que já houve neste País foi exatamente o Quilombo dos Palmares. E as incursões não foram poucas: uma, duas, três, até Domingos Jorge Velho conseguir derrubá-lo. Derrubou o físico, mas não derrubou a todos nós, a afro-diáspora, a caminhada.

Eu quero dizer para vocês que se nós não percebermos, como Brasil, que no país da bola, no país do futebol, o que vai definir o jogo é a bolinha dos “zoios”, é a bolinha dos “zoios” que vai decidir o jogo... E é preciso ser craque nesse jogo, é preciso ser habilidoso, porque é muito difícil e muito triste para nós, porque o que nos ensinaram na escola da qual nós não escrevemos os livros, a qual nos ensinou a ser patriota, essa mesma escola não nos contou a nossa história. Nós somos a 10.639, ambulantes, Deputado, enquanto nos Estados brasileiros não é ratificado o que foi colocado em 2003, no dia 9 de janeiro de 2003. Nós somos a favor da música nas escolas, porque música é muito importante.

Quero lembrar a todos vocês que o extermínio da juventude negra e do povo negro começa no momento em que educação no Brasil é privilégio. Mas calma! A bandeira da educação é muito complicada. Que educação vocês querem? Quem vai educar? Toda educação prescinde um educador. Toda educador tem um livro e tem uma história e uma ideologia.

Quero lembrar para vocês, como eu disse que eu sou, e o *hip hop* contradiz as coisas e busca a contradição para chegar, porque, na matemática, na prática, que nos reduz a um zero à esquerda mais nada, por que apenas 0,3% é aplicado na cultura e nós temos 25, 30% na educação e 25, 30% na segurança pública? Na realidade, educação sem cultura é adestramento (*Palmas.*) Educação sem cultura não forma, deforma.



E é isso, é isso que a gente vem dizer aqui. Nós temos a dizer sobre o que nós pensamos. A desmilitarização das polícias é muito importante para nós. O Brasil é um dos únicos países que tem uma polícia militar que foi criada, queira, para nós, no dia 13 de maio de 1809 — dia 13 de maio de 1809! Pior que o presente de grego é o presente deles para nós.

Eu quero dizer para vocês que as polícias nascem como brigadas militares, e passados, passados, passados, eles estão aí, continuam aí. O problema não está no policial; o problema está no homem, na mulher que entra e passa por uma corporação e que sai policial. É esta a matemática que nós temos que discutir.

Eu quero colocar aqui de uma maneira bastante madura que nós somos a favor da vida, mas queremos ter vida. A vida não pode ser um privilégio para pretos e pretas. Milton Santos dizia que o Brasil não se consuma uma democracia porque quem tem direito quer privilégio e quem está na base social não tem acesso aos mínimos direitos; ele tem, na maioria das vezes, deveres, deveres. Mansidão jamais, mas sabedoria sempre. Esta é a nossa escola: a escola que dá acesso à cultura a todos.

Por isso que esta Casa, que um dia, talvez seja lá, porque uma casa é tão fria, apenas uma moradia sem amor. Um sorriso é só um riso. Um sorriso não é preciso sem amor.

A convocação geral que eu faço a Deputados e Deputadas é que transforme esta Casa em um lar que receba. Foi muito triste ver aquela foto de Deputados, de pele clara, saindo sorridentes, alegres, porque vão machucar a grande parte do tecido negro.

Olha, eu acredito que, no mínimo, os Deputados a favor da redução deveriam sair tristes naquele dia e falar: *“Por que nós somos obrigados a fazer isso?”* Mas, não. Tem lado, tem lado. E a Justiça que tem lado não é justa, é vingativa. A Justiça que tem lado não tem prumo. Então, a parede cresce torta.

Eu quero dizer para todos vocês, antes de qualquer coisa, para as pessoas que são cristãs, eu quero dizer: o argumento é que Deus criou tudo. E Deus não criou cadeia. Deus não criou cadeia! Eu sou a favor da liberdade. As pessoas não devem ser aprisionadas nunca. As pessoas devem ser percebidas nas suas falhas, nos seus defeitos e corrigidas de alguma forma.



É preciso ir adiante, não é simplesmente falar: “*Vamos encarcerar mais tempo*”. Não! O ECA tem que ser praticado na sua essência. O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos, tem que ser festejado, sim, agora, no dia 13 de julho.

Eu quero afirmar que eu sou a favor da redução da maturidade cultural brasileira. Gu-gu-dá-dá quer cinema, gu-gu-dá-dá quer museu, gu-gu-dá-dá quer teatro para querer mais, para querer mais! (*Palmas.*)

Chega de profissão com “eiro”: pedreiro, confeitoiro, marmiteiro, padioleiro, costureiro. Nós queremos ser engenheiros. Nós queremos ser químicos. Nós queremos ser físicos. Nós queremos assinar os projetos. Nós não queremos ser apenas, na era digital, colher as digitais. Nós não queremos ser apenas, na era dos projetos, colher os projéteis.

Esta é a discussão. Tragam, tragam os contrários. Não se firma, parede sem base não se firma. E parede contra o ódio só gera mais ódio. Eu procuro, mas não encontramos. As pessoas ficam distantes, desmobilizadas no senso comum, mas não entendem. As mães pretas, os pretos velhos que hoje pelas favelas e comunidades são a favor da redução da maioridade penal vão ter uma grande surpresa, porque são seus filhos e suas filhas que vão ser trancafiados, são seus filhos e suas filhas que terão os corpos como de Cláudia arrastados.

Cadê? Quando Cláudia foi arrastada pelas ruas do Rio de Janeiro, eu não vi ninguém, eu não vi manifestação na Avenida Paulista. Eu estou cansado de ver o Viva Rio vestir branco para pedir guerra. E é preciso colocar: essa é a guerra civil, a guerra entre os civis.

É preciso um grande pacto social no Brasil. É preciso que, no país da bola, a bolinha dos “zoios” realmente seja a grande jogada.

Eu tenho muita coisa para falar para vocês. O meu tempo já se findou, mas:

“Peles pretas, máscaras brancas, jamais.

*Falo o que digo, brother, e sofro com isso,
mas para tê-los comigo, palavras falsas não
vingam.”*

Nelson Maca. Gramática da Ira. Pena Sangrenta.

(*Manifestação na plateia.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra à Deputada Rosangela Gomes. Depois, Deputada Erika Kokay e Bebeto. Há vários inscritos.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa tarde a todos e todas.

Quero cumprimentar os componentes desta Mesa, o Maurício Rasi; o Carlos Alberto, meu amigo que acompanha sempre a gente aqui; o Genival Oliveira, que fez uma brilhante fala, meus parabéns; o Sr. Humberto Adami, companheiro do meu Estado, da OAB, e de luta também; o Gabriel Sampaio, representando o Ministro; a Tamara, que já foi embora; e o Presidente Reginaldo Lopes, que vem dando a sua vida, o seu melhor, se esforçando pelo Brasil afora, juntamente com todos os Deputados e Deputadas que compõem esta CPI como Paulão, Bebeto, Dr. Jorge Silva, Pastor Eurico, Erika Kokay, Conceição Sampaio.

Eu queria também manifestar a minha alegria de ver hoje a Comissão tão bem representada pela juventude, pelos movimentos, aqui o Movimento Coletivo Negra da presente, Campanha Reaja ou Será Morto, na pessoa do Hamilton Borges, de quem recebi recentemente um ofício da Justiça Global, falando das ameaças à sua vida, do nosso companheiro Hamilton, no Estado da Bahia.

Quero responder aqui ao Movimento presente que nós, na Relatoria, já encaminhamos esse ofício, já pedimos ao Ministério da Justiça que dê apoio ao Hamilton. Cobrei aqui do meu companheiro Carlão e ele me disse que já está fazendo uma ação em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, e já está me passando aqui a resposta das ações, para que possamos ajudar o nosso companheiro Hamilton Borges.

Quero ainda cumprimentar, presente aqui, a Ocupação Preta da USP, a Frente Estadual Contra a Redução, o Ocupa Alemão, a Associação de Mulheres de Ação e Reação, o Coletivo Negro Carolina de Jesus — UFRJ, o Levante Popular da Juventude, o Círculo Palmarino, a Frente Estadual Contra a Redução da Maioridade Penal do Pará — inclusive ontem, o dia inteiro, a Comissão esteve no Estado do Pará, em Belém, onde realizou uma audiência bastante representativa; à tarde pudemos ouvir relatos de várias famílias vitimadas, sempre com o mesmo teor, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, o assassinato de jovens. Houve também, infelizmente, no Rio de Janeiro, mais uma vítima, o Rafael Camilo, de 23 anos, no



Morro da Coroa. Foi confundido — ele era entregador de *pizza* —, como aconteceu com a D. Maria José, no Alagoas — não é verdade, Deputado Paulão? Também não foi diferente no Rio com o garoto Eduardo, com a D. Rosângela, lá em São Paulo, com o seu filho Bruno. Enfim, mais uma denúncia que chegou até esta Comissão no dia de ontem — uma não, várias —, no Estado do Pará, e nós pudemos durante a tarde... Separamos a comitiva da CPI. Eu e o Deputado Luiz Couto ouvimos as famílias, e o senhor com toda a Secretaria de Segurança, em outra sala, ouvindo também as diligências com o Estado.

Quero ainda cumprimentar a Frente Estadual Contra a Redução da Maioridade Penal da Paraíba, a Quilombagem, o Projeto Meninas e Meninos de Rua, Cananda — Movimentos Sociais de Rua.

Agora, que já cumprimentei a Mesa, quero falar da importância do trabalho que a CPI vem desenvolvendo no Brasil, tirando esse tema da invisibilidade. Esta CPI surgiu da demanda dos movimentos sociais de 30 anos. Aprovamos aqui — eu gosto sempre de repetir isso para que a gente não se confunda — um plano de trabalho e de ação. Na fase introdutória, ouvimos pesquisadores, acadêmicos, professores, familiares, representantes de movimentos sociais e ONGs, e agora estamos, ainda, na fase de audiências. Talvez esta CPI seja a que mais produziu audiências nesta Casa, a que mais aprovou requerimentos. Nós estamos nessa fase de visita aos Estados. Já fomos a Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Bahia, São Paulo. Sexta-feira, iremos à Paraíba e, segunda-feira, estaremos em Rondônia — não é isso, Presidente? E aí, ouvindo, discutindo, debatendo... A nossa função aqui é ouvir e estamos fazendo isso atentamente.

Outra conquista do nosso trabalho também, com a realização dessa propositura, é que nós estamos dando desdobramentos nas assembleias — elas estão aprovando a sua comissão nos seus Estados — e também nas Câmaras Municipais.

Portanto, ainda que esta CPI tenha o seu término daqui a 3 semanas, nós deixaremos, Deputada Conceição, esse legado para os Estados, para o Brasil. Os Estados e os Municípios poderão dar continuidade a essa discussão.



Outra coisa que nós queremos aqui, com a aprovação do relatório, é apresentarmos PECs, por exemplo, tratando da federalização dos crimes, do plano de enfrentamento à violência. Será um legado que a nossa CPI vai deixar.

Portanto, quero ressaltar a importância do nosso trabalho à Mesa, a todos os presentes, ressaltando o esforço de todos os Deputados presentes aqui, quer seja pelo “sim”, quer seja pelo “não”, de Oposição e de Situação. Esta Casa é uma casa política, estamos num Estado democrático, e aqui, da nossa parte e desta Comissão, vamos trabalhar com muito afinco para corresponder aos anseios da nossa sociedade.

Então, quero cumprimentar a todos e falar da importância do nosso trabalho e da nossa seriedade. E que possamos ter aqui e agora perguntas proativas para avançar na produção do nosso relatório.

Eram só essas as nossas palavras.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Relatora Deputada Rosangela Gomes, pelo trabalho, pelo carinho.

Antes de passar a palavra à Deputada Erika Kokay, vou atender um pedido do plenário que deseja ler um manifesto. Quem vai fazer a leitura? *(Pausa.)* A Mirtes? Pode vir para presidir, Mirtes. *(Palmas.)*

A SRA. MIRTES SANTOS - Boa tarde! Quero cumprimentar todos da Mesa e todos os presentes.

Nós estamos aqui representados por vários coletivos negros e universitários negros. Passamos, de ontem para hoje, por situações calamitosas. Saímos de nossos Estados, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para estar presente neste dia importante para nós de luta do povo negro, na luta contra a redução da maioridade penal.

Só que passamos por situações constrangedoras, desde sermos impedidos de acessar um ônibus financiado por partidos políticos até dormir no relento; se não fossem alguns companheiros daqui de Brasília nos cederem barracas para acamparmos na Esplanada dos Ministérios.

Até aí tudo bem, mas chegar à Casa do Povo e ser barrado por conta da cor da nossa pele é, mais uma vez, entrar em um espaço onde não estamos sendo



prestigiados. Estão falando da nossa causa, da luta do povo negro que morre todos os dias, mas não querem que o povo negro tenha acesso a este espaço.

Por isso a juventude negra, que não é partidária, representada aqui pelos coletivos negros autônomos, não está conseguindo entrar nesta Casa para poder acompanhar a votação da PEC 171. Isso tem nos revoltado bastante.

Nós soubemos da CPI — é extremamente importante a nossa participação aqui também nesta CPI, que nos interessa — e somos representados aqui pelo Coletivo Carolina Maria de Jesus, do Rio de Janeiro; pelo Coletivo Negrada, do Espírito Santo; pelo Coletivo Negro, de Minas Gerais, e pela Ocupação Preta, da USP. Nós, simplesmente, em grande maioria, não conseguimos acessar o plenário da Câmara, para poder acompanhar a votação da PEC. Por quê? Porque não somos filiados a nenhum partido.

Então, isso é extremamente revoltante. E a gente exige que esta Casa garanta o acesso a nós, estudantes negros e negras, a essa votação, a partir de agora. A gente espera e conclama a todos aqui presentes para que possam fazer alguma intervenção junto ao Presidente Eduardo Cunha, porque não tem condição. A gente precisa acompanhá-la. Essa causa é nossa. Não há ninguém lá. Nem a UNE vai poder representar a população negra. (*Palmas.*) Se ela quer pautar a nossa luta, que ela venha como aliada, não suprimindo a voz do povo negro.

Nós podemos falar por nós mesmos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu me coaduno completamente com o depoimento da jovem negra que vem aqui exigir a sua condição de ser sujeito de direito e fechar um ciclo da ditadura militar, quando nós não podíamos decidir sobre as nossas próprias vidas. E nós estamos falando aqui da vida de uma população jovem, de 16 anos, que passará, se for aprovada a redução da maioridade penal, a estar na mão do crime organizado e nas condições para o recrudescimento do conflito com a lei de forma absolutamente atentatória contra os marcos civilizatórios que duramente temos conquistado e que ainda são tênues.



Nós estamos vendo, dentre outras coisas, como um ensinamento deste período que estamos vivenciando, que a nossa ainda é uma democracia em construção, que sofre muitas ameaças e que nunca sofreu tantas ameaças de forma tão coordenada como tem sofrido neste momento.

Nós estamos aqui vivenciando não apenas a perspectiva da redução da maioria penal, que é rasgar — rasgar — a prioridade absoluta que está na nossa Constituição e isentar o Estado da sua responsabilidade de priorizar com políticas públicas os adolescentes a partir dos 16 anos, isentar o Estado e entregá-los no colo do recrudescimento do conflito com a própria lei, mas também estamos aqui vivenciando uma lógica eugenista e uma lógica higienista, porque colocar adolescentes de 16 anos nas prisões é limpar ou tentar limpar a sociedade daqueles que as casas-grandes querem eternamente em senzalas. Por isso é atentatório à democracia e à dignidade humana. É uma lógica higienista.

Tem razão Foucault quando disse que o problema dos presídios não é o fato de que não recuperam, porque realmente não recuperam, mas o de que foram feitos para não recuperar, foram feitos para higienizar, foram feitos para invisibilizar, foram feitos para desumanizar, foram feitos para colocar fendas na própria sociedade e para assegurar a algumas pessoas o direito de ser e a outras pessoas o direito de não viver a sua completa humanidade. Por isso o dia de hoje é tão importante e por isso ele tem uma relação muito grande com a discussão que esta CPI está fazendo.

Esta CPI tem dado visibilidade ao racismo institucional que existe neste País, ao racismo e à lógica eugenista que existem neste País, e que por muito tempo ficou sob o manto de um mito da democracia racial. E nós estamos vendo aqui que não há uma democracia racial quando há esse nível de extermínio de jovens negros na nossa sociedade. Por isso eu diria que esta CPI tem uma relação direta com a discussão que esta Casa está fazendo na lógica daqueles que acham que os problemas do Brasil se resolvem com grades e com balas.

E nós dizemos: não são balas e grades que vão resolver os problemas deste País. Nós precisamos de direitos — direitos — assegurados para o conjunto da nossa população, particularmente para a nossa juventude. E digo isso porque aqui está o Mapa da Violência, que mostra que o número de assassinatos de criança e adolescente de zero a 19 anos cresceu mais de cinco vezes e meia entre 1980 e



2013. Se se pegar a faixa de 16 a 17 anos, o crescimento foi ainda maior: sete vezes. E aí se tenta construir uma lógica de vingança e uma lógica de tergiversar os verdadeiros problemas da sociedade, imputando às vítimas a condição de vitimadores e espetacularizando a violência protagonizada pelos adolescentes, para justificar — justificar — essa concepção de vingança que nós estamos vendo na redução da maioria penal. O Estado da vingança é um estado que rompe a sua condição de ser um Estado Democrático de Direito, porque o Estado da vingança é um estado que rompe qualquer construção de direitos neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, eu digo da importância de esta CPI fazer essa discussão no dia de hoje, até porque, se nós estamos falando de reduzir a maioria penal, nós estamos assumindo alguns riscos, inclusive de esses adolescentes de 16 anos não serem mais beneficiários das pensões alimentícias, na medida em que não serão considerados mais adolescentes do ponto de vista penal. E, se não serão mais considerados adolescentes do ponto de vista penal, abre-se uma brecha jurídica imensa para que não possam ser mais considerados adolescentes sob nenhum aspecto e, inclusive, possam ser vítimas ou possam não ser mais considerados como vítimas da exploração sexual, porque já não serão mais adolescentes.

Esta Casa carrega uma esquizofrenia, porque recentemente aprovou o recrudescimento da pena daqueles que vendem bebidas alcoólicas a adolescentes até 18 anos e agora diz que a partir dos 16 anos não são mais adolescentes. E esta Casa recentemente transformou em crime hediondo a exploração sexual de crianças e adolescentes. Agora os adolescentes de 16 anos podem, sim, ser vítimas de exploração sexual, porque já não são considerados, para todos os efeitos, adolescentes.

Por isso, Sr. Presidente, eu penso que o dia de hoje é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou concluir dizendo que recentemente escutei de um jornalista que o Presidente da Casa dizia que só iria colocar essa discussão em votação se houvesse pelo menos 450 Deputados



presentes, porque não queria correr o risco de não ser aprovada a redução da maioria penal, em que se precisa de 308 votos.

Eu penso que o Presidente da Casa não pode usar a Presidência da Casa como instrumento para excluir o povo de ver as discussões que acontecem aqui dentro (*palmas*) e, para além disso, como instrumento para colocar as matérias de seu interesse em condições que possibilitem a aprovação de acordo com a sua própria vontade, porque desrespeita não apenas o povo, como também a maioria das pessoas, dos Parlamentares desta instituição.

Eu encerro, GOG, lembrando o poeta César Teixeira, que diz:

“E mesmo que a força da bala proíba que alguém se rebele, faremos ouvir nossa fala por sobre as bandeiras da pele.”

A bala não vai ser a última palavra nesta sociedade e neste País, sob pena de comprometermos a nossa democracia e rasgarmos a nossa própria Constituição. A força da bala não vai calar a nossa fala! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Com a palavra o Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero fazer uma saudação aos nossos convidados e aos diversos coletivos presentes a esta sessão, de negras e negros de todo o País, da juventude universitária, e dizer da nossa alegria de poder nesta Comissão, de forma democrática, receber os diversos movimentos, em que pese o Presidente da Casa estar a objetar a participação popular, a participação da juventude na discussão de um tema central como esse, em que nós devemos considerar que a participação da nossa juventude, da sociedade organizada é fundamental para não só avaliar a participação dos Srs. e Sras. Deputados, mas também para contribuir na construção de um debate, de um exame de uma questão central como essa que nós iremos refletir no dia de hoje.

Obviamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na construção do discurso que tem sido apresentado, a narrativa para fundamentar as razões que levam parte desta Casa a discutir um projeto duvidoso sob o ponto de vista da sua



eficácia, que é a diminuição da maioria penal, fundamenta-se na lógica de que a violência está lastreada pela participação dos nossos jovens, o que é um imenso equívoco, porque eles tentam individualizar um fato, pegar um exemplo, uma exceção e aplicar essa exceção para transformá-la numa regra geral, incidindo sobre a nossa juventude uma responsabilidade sobre os níveis de violência que nós temos neste País, quando não o são.

Todos nós desejamos, queremos o fim da violência. Nenhum Parlamentar, nenhum jovem aqui presente, nenhum brasileiro tem o desejo de que essa violência continue a grassar no País. Nenhum de nós deseja isso. O que não podemos de forma nenhuma aceitar — sobre essa lógica do discurso, dessa narrativa que eles apresentam, de que a violência é praticada pela nossa juventude — é mudar o problema de lugar. Nós não podemos mudar o problema de lugar.

A nossa juventude tem um estatuto fantástico, construído com o esforço da sociedade democrática, o ECA, que tem medidas aplicadas aos jovens que cometem infração. Os dados apresentados por diversos pesquisadores e pelo próprio Ministério da Justiça indicam que, quando estão em instituições socioeducativas, a capacidade de recuperação desses jovens é de 20%, diferentemente daqueles que vão aos presídios, uma escola do crime, para onde nós vamos levá-los.

Portanto, não há nenhum tipo de argumentação nesta Casa que seja substantiva a ponto de indicar — pelo menos a mim e a muitos Parlamentares — que essa será uma solução que esta Casa apresentará para o problema da violência no País.

Outro argumento que os defensores trazem é o de que 87% da população brasileira está a apoiar a iniciativa de redução da maioria penal. Eu diria também: o nazismo teve certo apoio popular. Era suficiente garantir a eficácia do nazismo sobre a vida global? Não! Houve um enfrentamento para reconhecer a nocividade do nazismo sobre a vida da humanidade. Nós estamos aqui enquanto parte da população brasileira critica os atos de muitos dos que aqui estão — inclusive formulam e dizem que esta Casa não os representa. Nós também devemos, com essa posição da maioria da sociedade, adotar o discurso de



fechamento do Congresso? Seria um ato contrário ao firmamento da democracia, ao aprofundamento da democracia, que nós precisamos realizar.

Portanto, não há, em nenhuma dessas afirmações, dessas narrativas que eles apresentam, qualquer dado que possa consubstanciar, de modo muito substantivo, essa posição, que alguns estão a defender, de diminuição da maioria penal.

Não bastassem esses dados, como bem afirmaram diversos dos nossos convidados, sob o ponto de vista da cláusula pétrea, a garantia dos direitos individuais e coletivos da sociedade, esse, por si só — e ontem eu vi o Ministro do STF Marco Aurélio falando um pouco sobre isso —, já seria o bastante... Esta Casa, que deve ser garantidora dos fundamentos da democracia, que teve a honra de promulgar a última Constituição, deveria ser a guardiã, deveria ser e deverá ser a guardiã desses fundamentos dos direitos individuais e coletivos e a garantia da cláusula pétrea como uma garantia imutável da nossa Constituição.

Por isso, este debate que nós fazemos aqui na CPI, que discute o extermínio... E nós precisamos pensar se será o extermínio ou o genocídio da nossa juventude negra e pobre. O genocídio é um conceito que nós precisamos pensar inclusive no relatório final desta CPI. Sr. Presidente, se for aprovada a incidência, sem sombra de dúvidas, o nível de genocídio, de assassinatos da nossa juventude aumentará exponencialmente.

Portanto, cabe o que vocês aqui trouxeram: as reflexões, os exames apresentados por cada um de vocês em relação aos dados. Eu, como negro, como alguém que também vivencia as dores, não só a física, da matança da nossa juventude, mas também as dores simbólicas do dia a dia, não posso aceitar que essa condição se perpetue contra os interesses da sociedade brasileira.

Não à redução penal!

E esta CPI cumprirá o seu papel de apresentar, ao término, um relatório que indique posições para fazermos o enfrentamento do racismo, inclusive o racismo institucional neste País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Beбето.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. por mais esta audiência, que consideramos de grande valia para a sociedade brasileira, em particular com o tema que tem a ver com violência, morte, desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Fiz minha questão de ordem até porque gostaria de ouvir mais sobre os detalhes da audiência. Não obstante, respeitamos a posição de todos. Sabemos que todos querem somar, haja vista que eu tenho certeza de que quem é a favor da redução, ou quem é contra, quer ver uma solução que venha a trazer melhoria para os nossos adolescentes.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu não fui criado em berço de ouro. Eu fui criado num dos bairros mais pobres da cidade de Recife. Dentre meus amigos, companheiros, crianças da minha época, eu vi alguns já com 15 ou 16 anos tombarem mortos por se envolverem com o crime. Outros, que conseguiram escapar, ainda estão na cadeia. Um dia desses, eu fiz o levantamento de 20 companheiros e parece que só somamos 3 que estamos fora — independentemente da cor, porque em alguns ambientes há mais negros e em outros há mais pessoas de cor mais clara; independentemente disso.

Acredito que o Movimento Negro no Brasil já conseguiu muita coisa, e precisamos lutar para que não haja discriminação. Sabe-se que, se as pessoas estiverem num lugar supostamente perigoso e vem um branco, elas não têm medo, mas, se vem um preto, já pensam que é bandido. Sabemos disso. Não vamos também dizer que não é verdade. Disso eu sei, e convivemos.

Sou evangélico, sou pastor. Hoje a minha igreja tem 1 milhão de membros. A maioria dos nossos pastores são negros; a maioria dos nossos membros são negros; a maioria das nossas lideranças, negros. Temos vários trabalhos realizados junto aos presos, tanto na questão de menor quanto nos presídios de adulto. E vemos realmente uma boa quantidade de pessoas de cor negra, o que não significa que todos o são.

Por outro lado, hoje a nossa instituição cuida de 4 mil crianças por dia, tempo integral na educação, de manhã e de tarde, sem dinheiro público. E há um detalhe: filhos de pessoas pobres e até de dependentes químicos, pessoas que vivem à margem da sociedade. Lá estão muitas crianças negras, na sua maioria, é claro, e



também crianças de cor mais clara. Isso significa que nós não somos racistas nem estamos indo de encontro aos negros. Ao contrário, queremos somar.

Então, eu acho que tudo o que está sendo feito é positivo.

Há poucos dias, eu fiz um questionamento, porque me preocupava que esta CPI não se transformasse numa mera Comissão, e terminássemos, ficássemos só nisso mesmo — foi para dar uma satisfação. Ou, quem sabe, alguém quis usar esta CPI para impedir outra? Eu não queria que fosse essa realidade. Mas acredito na condição de V.Exa. como Presidente, porque está lutando para provar o outro lado da realidade, e as pessoas competentes que por aqui têm passado eu acredito que têm somado para isso.

Então, Sr. Presidente, eu acho que o trabalho tem evoluído. Parabenizo a nossa Relatora, que tem sido um baluarte nessa luta, e os companheiros com quem aqui temos passado muito tempo. Divergimos em alguns casos, mas respeitamos as posições.

Por outro lado, Sr. Presidente, temos um momento difícil, como eu disse antes. Não vou aqui entrar na questão da redução da maioridade penal. Eu acho que cada um tem sua posição, e vamos discutir. A questão da constitucionalidade também vai para a discussão, e eu acredito que, no momento certo, tudo será resolvido.

Agora, Sr. Presidente, o que eu não gosto de ver é hipocrisia: vir aqui, tentar falar bonito, fazer um jogo de palavras e depois sair. Eu não faço isso. Eu acabei de ouvir alguém aqui se pronunciar e citar algumas coisas. Eu gostaria que fizessem o mesmo com alguns projetos que essa pessoa tem nesta Casa e que ferem os princípios também dos adolescentes e das crianças, pois coloca a responsabilidade sobre eles. Coitados, eles não têm condições de decidir. Mas eles querem decidir até quanto à questão do sexo da criança. Isso é o cúmulo do absurdo! Não é o assunto daqui, mas eu fico ouvindo os discursos e, do outro lado, eu vejo outras coisas. Por outro lado, chegam outros que aqui defendem as adolescentes, mas estão defendendo a legalização das drogas! Ora, são esses adolescentes que hoje são usados pelo tráfico. É um absurdo o que acontece aqui.

Então, eu acho que nós precisamos ser mais coerentes com a situação. Lamentavelmente — lamentavelmente! — esses adolescentes estão sendo usados.



Eu sei disso, participei, com V.Exa., de reuniões de Comissão por este Brasil afora, no exterior, que trataram da questão das drogas e da violência também, e vimos que são eles os elementos usados por esses traficantes. E eu disse isso aqui numa audiência. E, na votação que tivemos no plenário da Lei de Drogas, eu fiquei pasmo, quando fomos tratar do aumento de pena para traficantes, e aí Parlamentares se levantaram defendendo que temos que investir na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Investir em Justiça. E aí é o seguinte: estavam contra o aumento de pena para traficantes, contra o confisco dos bens de traficantes e defendendo traficantes. Ora, são eles que usam esses adolescentes. Então, precisamos também pensar no aumento de pena.

E essa onda que está sendo apregoada aí — para encerrar, Sr. Presidente — de que se vai colocar menino na cadeia com os adultos, é mentira. Não tem nada disso no projeto. Isso aí é balela. Não existe isso. O que foi votado no plenário lá da Comissão de Constituição e Justiça não tem nada a ver com isso. Eu não sou a favor de colocar nenhum adolescente junto com os adultos. Agora, depois de 18 anos, a coisa é outra: aí ele já é adulto, a coisa mudou.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Jorge Silva. Depois a concederei ao Deputado Paulão e, depois, ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Presidente, a Relatora e os membros da Mesa. Quero reforçar aqui que esta CPI está chegando à reta final e eu não tenho dúvida de que ela cumpre a sua função, Deputada Rosangela. Por tudo o que nós tivemos a oportunidade de ouvir dos atores e das pessoas que por aqui passaram, tenho certeza de que eles trouxeram elementos para que V.Exa. possa fazer um relatório. E mexemos num tema extremamente importante para o nosso País.

Então, não tenho dúvida de que esta CPI deixará um grande legado para a sociedade brasileira, que esta CPI terá a oportunidade de produzir alguns projetos de lei e que, com certeza, a sociedade brasileira se tornará melhor.



Não mudamos uma sociedade, uma cultura, da noite para o dia. Não temos essa expectativa. Mas tenho certeza de que iremos avançar. Iremos avançar, e muito, em relação a esse aspecto cultural da nossa sociedade.

Especificamente em relação ao tema diminuição da maioria penal, vejo também que esta CPI nos deu a oportunidade de amadurecimento; pelos números, pelas palestras, pelas posições aqui tomadas, eu acho que ela serviu para que vários Deputados que por aqui passaram tivessem a oportunidade de sentir o quanto esta Casa estará fazendo uma má ação para o País se, hoje, votar pela diminuição da maioria penal. Eu não tenho dúvida disto: que vai para a história desta Casa uma votação que, realmente, não trará nada de positivo para a juventude brasileira, para a população brasileira.

Eu espero que a grande maioria dos Deputados hoje tenha essa consciência, e nós realmente não façamos isso. Eu acho que há melhor opção. Hoje, a sociedade brasileira, entre 80% e 90%, conforme as pesquisas, pede a diminuição da maioria penal, mas eu acho que é falta de conhecimento do que isso significa. Espero que a gente consiga realmente não fazer isso, não diminuir a maioria penal.

Acho também que nós precisamos dar uma resposta à sociedade brasileira. A diminuição da maioria penal não irá diminuir a violência no nosso País, não é por aí. As causas da violência em nosso País são multifatoriais: é falta de educação; é falta de moradia; é falta de políticas públicas; é falta de inserção e de oportunidade para as pessoas que mais precisam. Então, não será essa mudança que diminuirá a violência. Tenho certeza de que essa diminuição irá agravar o número de homicídios em nosso País.

Então, espero que a gente seja sensato, que a grande maioria seja sensata, e a gente consiga realmente hoje não aprovar a diminuição da maioria penal em nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva.

Com a palavra o Deputado Paulão.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar inicialmente todos os expositores, os colegas Parlamentares que me antecederam e só colocar a nossa posição também em relação ao projeto que possivelmente irá tramitar. A nossa posição é contra a redução. Não iremos repetir aqui, porque nós temos entidades que têm um peso, uma história na defesa dos direitos humanos, a exemplo de hoje, que estava programada uma articulação da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da OAB, no plenário desta Casa, justamente para sensibilizar cada vez mais os que têm dúvidas em relação a essa temática.

Eu faço uma avaliação de que a correlação de forças melhorou muito. Alguns dias atrás, Deputada Rosangela, a situação estava bastante desigual. À medida que a sociedade começa aprofundar a discussão, sem dúvida nenhuma isso muda.

A gente está tendo informação de que o PMDB, que é um partido que baliza essa discussão, praticamente a sua metade já está com posição sensibilizada contra o projeto. Há um Deputado do Rio Grande do Sul, o Deputado Darcísio Perondi, que é médico e com o qual, muitas vezes, na questão agrária aqui, a gente tem divergências ideológicas, o que é natural na democracia, mas ele tem sido um guerreiro em relação a essa temática. Acredito que é fundamental.

Lamento também, a exemplo do protesto da jovem, que a gente tenha tido uma dificuldade enorme de acessibilidade. Foi diferente quando a Lei nº 4.330, de 2004, a Lei da Terceirização, tramitava aqui, e o Presidente, articulado com o Presidente da Força Sindical e Parlamentar, Paulinho da Força, conseguiu encher as galerias. Então, o tratamento aqui não é um tratamento equânime. Quando não interessa, você nega a acessibilidade; quando interessa, é outro tratamento.

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Maurício, que representa o Ministério da Justiça, para que ele pudesse se aprofundar. Eu sou da base do Governo, integrante do Partido dos Trabalhadores e sou um dos Parlamentares representante do Estado de Alagoas. E Alagoas, como V.Sa. sabe, é o Estado que tem o maior número de casos de violência, conforme foi destacado pela Deputada Rosangela. A Comissão nos fez uma visita. No estudo último, atualizado, do Mapa da Violência, continua Alagoas com essa situação atípica. Um Estado que, em termos geográficos, teria condições de servir como experiência piloto, no sentido de equacionar e diminuir a violência.



É o segundo menor Estado em extensão rural, a gente só perde para o Estado de Sergipe. Em diagonal, você cruza o Estado em 6 horas e, na realidade, em todos os Municípios, Dr. Maurício, um dos grandes problemas é relativo à questão da droga chamada *crack*, cuja responsabilidade direta pertence à Polícia Federal. É verdade que a Polícia Federal tem um contingente menor do processo e tem que pedir apoio, mas a gente não verifica essa sinergia.

No Governo anterior, quando era o Governador o ex-Senador Teotônio Vilela, do PSDB, durante 8 anos, o Governo Federal injetou mais de 300 milhões, a fundo perdido, para implantar como experiência piloto o Programa Brasil Mais Seguro. E o foco principal dos gastos do Brasil Mais Seguro foi a contratação de aeronaves. Houve mês em que Alagoas estiveram 38 aeronaves, só que ninguém nunca viu essas aeronaves, mas havia no relatório.

E o outro grande foco é a Força Nacional, que tem um papel definido, ela tem um papel focado e rápido. E a Força Nacional tem uma política permanente em Alagoas, onde você cria um problema interno, inclusive de paridade com a polícia local. Enquanto na polícia local, um policial em início de carreira ganha em torno de 2 mil reais, ou um pouco mais, um policial da mesma simetria, com diárias, chega a ganhar 8 mil reais ou mais, e logicamente ele não tem interesse de sair.

Eu estou falando desses dados burocráticos, e alguém pode perguntar: por que isso? Porque a Força Nacional, que é de responsabilidade do Ministério da Justiça do meu Governo, ao invés de ajudar numa solução, muitas vezes complica a violência. Uma boa parte da abordagem que é feita aos negros da periferia tem um tratamento desumano em relação à população negra, e isso é responsabilidade do nosso Governo, em convênio com o Governo do Estado. Esse processo tem que ser aprofundado, e não foi falta de aviso, porque o relatório foi feito, inclusive foi feita uma CPI na Assembleia Legislativa, foi enviado à Secretária Nacional, Dra. Regina Miki, e ela tem conhecimento do conteúdo em relação a essa situação.

Então, é preciso que não só nos Municípios, mas principalmente nos Estados, no princípio fundamental em relação ao processo da violência contra os jovens, haja um tratamento humano.

Nos governos anteriores, a temática — e concludo, Presidente — de direitos humanos existia na Polícia Militar do Estado de Alagoas. Foi um momento em que



se atenuou e diminuiu a violência. Foi definido aqui pelo artista e produtor cultural GOG, em relação ao processo, que não é condenando de uma forma isolada quem é militar ou não, é o processo de formação.

E a gente está tendo um momento conjuntural em que a temática, a frase de efeito do Secretário de Defesa Social é a seguinte: *“Bandido bom é bandido morto”*. E, nessa história de bandido bom é bandido morto, de janeiro ao mês maio, ocorreram 54 mortes por abordagem. Disseram que foi reação. Agora, não houve perícia, Dr. Humberto. Como é que a gente pode saber que foi reação? E essa reação de quem é? Ela tem território, que é a periferia; ela tem sexo, que é masculino; ela tem poder econômico, que é pobre; e ela tem um corte racial, que são os descendentes negros.

Então, claro, se a gente ficar nessa onda da população, que a maioria quer pena de morte, e é importante ter Secretários justiceiros... Eu queria que V.Sa. tivesse um olhar, inclusive, sobre esses convênios, porque é uma situação muito grave, muito grave. A gente não está fazendo apologia à defesa de bandido, o que nós queremos é que o Estado Democrático de Direito seja respeitado, Sr. Presidente. Então, a situação que a gente percebe é que não tem sinergia.

Tenho outra pergunta sobre o que foi dito, nesse contexto, numa temática importante, quando veio aqui o Secretário de Segurança de São Paulo. Uma bancada que tem relação direta com a parte de segurança, colegas nossos, legítimos — eu tenho discordâncias deles, mas nós respeitamos o processo democrático —, e eles imaginavam uma posição diferente.

O relatório que o próprio Ministro da Justiça mandou para a bancada a respeito da opinião sobre a redução da maioria penal está aqui. Alexandre de Moraes, jurista e Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, tem a seguinte opinião: *“Por tratar-se a inimputabilidade penal prevista no art. 228 da Constituição Federal, de verdadeira garantia individual da criança e do adolescente não serem submetidos à persecução penal e juízo, tampouco podem ser responsabilizados criminalmente, com conseqüente aplicação de sanção penal...”* E aí tem todo um arrazoado. Ele, o Secretário e jurista, que inclusive é referência para vários alunos do curso de Direito, é contrário à redução da maioria penal.



Então, nós percebemos que a ação também do Governo Federal, quando discute essa temática, colocando como uma visão proativa que esse modelo de segurança que está aí, mesmo respeitando a estrutura existente, está num processo de falência. Quem disse isso não fui eu, quem disse foi o próprio Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Quem disse isso, no debate anterior que foi solicitado pelo Presidente, foi o Presidente da COBRAPOL. Então, o que o Ministério da Justiça está discutindo em projetos que estão tramitando, a exemplo do Deputado Lindbergh Farias, que é a criação de polícia única e do ciclo completo, que é um dos motivos que contribuem para não haver uma investigação correta, de não haver uma perícia com independência e dotação orçamentária. Se isso não for aprofundado e tiver uma eficácia rápida, isso contribui com essa violência, que é a temática da CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe o tempo que ultrapassei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

Nós temos que ir para o plenário fazer a luta.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Boa tarde, Sr. Presidente. Isso foi já para limitar minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, imagina. Seu tempo é de 5 minutos garantidos e ainda com a tolerância democrática que a Mesa sempre tem.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, nós já realizamos várias audiências públicas aqui nesta CPI que está chegando à reta final. A Deputada Rosangela Gomes vai apresentar um relatório consistente que vai refletir todas as informações trazidas aqui. Nessas audiências públicas, em quase todas elas, foi apontado que parte da morte dos jovens, negros e pobres e moradores das periferias está ligada à guerra às drogas, que é a política que o Estado oferece à problemática do consumo e comércio ilegal de drogas ilícitas, quer dizer, foram autoridades que disseram isso.



Além disso, líderes mundiais que empreenderam nos anos 90 a guerra às drogas também vierem a público para dizer que essa guerra é falida. Ela não reduziu o consumo, ela não quebrou o tráfico, ela onerou o Estado, ela custou aos cofres públicos, e o custo social dela foi enorme. Matou-se muito, essa guerra produziu muitos homicídios e encarcerou muitas pessoas, não só aqui no Brasil. Mas, no Brasil, essa guerra já elevou a população carcerária para mais de 700 mil, e já nos colocou na posição de quarta população carcerária do mundo. Recentemente, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Beltrame, também deu uma declaração dizendo que a guerra às drogas é completamente falida, por todo o custo social e econômico a que ela corresponde.

Bom, então, diante dessa falência da guerra às drogas que tem matado, sobretudo um contingente da nossa população, que é o contingente de jovens negros, pobres — não somente, mas, sobretudo, jovens negros e pobres —, diante dessa falência completa e do custo, nada melhor do que nós, pessoas responsáveis, oferecermos e debatermos uma nova política de drogas. Então, o que estamos fazendo aqui é debater uma nova política de drogas e não ser a favor de traficante, e não ser a favor do consumo de drogas. Afirmar isso é cair na desonestidade intelectual, que é uma coisa que muitas pessoas aqui nesta Casa fazem.

É importante lembrar que as drogas não são lícitas e ilícitas por natureza, é um jogo político, é uma correlação de forças que faz certas drogas lícitas ou ilícitas. Afinal de contas, Viagra é uma droga lícita vendida em farmácia, e tem muita gente que compra Viagra ilicitamente nesta Casa. Rivotril é uma droga lícita vendida em farmácia, e tem gente que consome ilegalmente. Álcool também é uma droga lícita regulamentada e tem gente que consome regularmente.

Nós só pudemos regulamentar o álcool, criar a Lei Seca, porque o álcool é uma droga legal. Não se regula o que é ilegal, daí o debate em torno de legalizar a maconha, para que nós possamos regulamentar o consumo e o comércio de maconha, para que retiremos da ilegalidade, para que nós acabemos, quebrems o tráfico definitivamente. Parece-me que quem está mais a favor de traficante é quem quer continuar com a proibição, porque, se a proibição não resolveu, se a proibição encarcerou, se a proibição vem matando, então, nós temos que ser contrários à proibição. É a proibição que torna a droga liberada de qualquer controle,



de qualquer fiscalização. Atualmente, a maconha, como uma droga ilícita, está liberada no Brasil. Ela está liberada de controle e de fiscalização, porque só controlamos e fiscalizamos o que é legal. Então, nós somos contrários à liberação.

Mas, como eu disse, esse debate, que é um debate bastante profundo, e que exige honestidade intelectual, nunca é tratado dessa maneira, ou quase nunca é tratado dessa maneira, com honestidade por certos Deputados aqui nesta Casa. Então, eles insistem em afirmar mentiras muitas vezes para ver se cola. Claro que deve colar no seu eleitorado, mas não cola no conjunto da população.

Outra mentira reiterada é dizer que, por exemplo, o projeto da Deputada Erika Kokay e meu — nós somos os autores —, o nosso projeto, a nossa lei de identidade de gênero é um projeto que quer autorizar crianças a mudarem de sexo. Ou seja, só uma pessoa com dois neurônios e, olhe lá, pode acreditar que uma criança com 4 anos vai bater na porta de um hospital e dizer “*oi, eu quero mudar de sexo*”, e toda a equipe médica vai mudar o sexo dessa criança.

Então, as pessoas deveriam agir com honestidade, ler o projeto e entender o que o projeto propõe. O projeto propõe — e vou dizer isso, porque já disse mil vezes aqui — que os adolescentes transexuais, vítimas de violência doméstica por causa da sua transexualidade, como muitos sofrem violência, possam recorrer à Defensoria Pública, serem tutelados pelo Estado, para que o Estado garanta o processo de transexualização. Isso não implica necessariamente fazer a cirurgia, porque a cirurgia de transgenitalização só faz quem quer e quem deseja. O projeto não obriga ninguém.

Então, as pessoas deveriam ser honestas intelectualmente antes de emitirem opinião sobre esse tema, não só sobre esse tema, sobre o tema da legalização das drogas, da maconha em especial, e sobre o tema da redução da maioria penal também, em que se joga com muita desonestidade.

Por isso mesmo, quero parabenizar toda a Mesa que hoje, num dia especial, centrou o foco na questão da redução da maioria penal. Sim, é importante usar todas as tribunas hoje para desfazer todas as falácias, todas as mentiras em torno da redução da maioria penal como solução para o problema da violência urbana e da criminalidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys.

Acho que houve uma única pergunta, se a Mesa não está enganada, ao Sr. Maurício Rasi. Então, eu concederei a ele a palavra e depois eu passarei rapidamente às considerações finais, até porque nós vamos para o plenário — não é isso?

Concedo a palavra o Sr. Maurício Rasi.

O SR. MAURÍCIO SPONTON RASI - Bom, o Deputado Paulão não está presente neste instante, mas é importante colocarmos alguns números para que todo o Plenário entenda o investimento do Governo Federal no Estado de Alagoas. Esse investimento começou com um projeto chamado Brasil Mais Seguro, que já, de maneira empenhada, chega próximo à casa de 200 milhões de reais em investimentos. Os resultados obtidos foram de 31% de redução de homicídios, no Estado de Alagoas, e cerca de 18% de redução de homicídios, na Capital Maceió.

Outro ponto para nós fundamental é que um Estado que praticamente não tinha inquéritos policiais, atividade de Polícia Judiciária no escopo da apuração de casos de homicídio, passou a ter 67% dos casos esclarecidos, através de apuração dos homicídios. Esse número é, comparado até com outros Estados, elevadíssimo. Isso prova que as atividades de investigação criminal no Estado do Alagoas passaram a ter resultados bastante positivos em relação ao consumo de *crack*, em relação ao tráfico de *crack* naquele Estado.

No ano passado, o Governo Federal, junto com a pactuação com vários Estados, começou, principalmente na região Nordeste, um projeto chamado Brasil Integrado, na área de segurança. Esse projeto desenvolveu várias operações que tiveram como foco principal o combate às organizações criminosas e a questão da redução de homicídios e tráfico. Então, é um projeto que está já em desenvolvimento e que estará sendo reproduzido também em outras partes do País.

Em relação à presença da Força Nacional, o que se gasta com um policial da Força Nacional, em Brasília, em atividades, em capacitação, em pronto atendimento, é o mesmo valor desse policial em qualquer ação, em qualquer operação em todo o País. Ou seja, se houve uma pactuação dentro de uma matriz de responsabilidade com o Estado de Alagoas para que o Departamento da Força Nacional estivesse



presente lá, através de seus peritos, delegados, policiais militares, policiais civis, com o escopo da redução do número de homicídios, essa pactuação firmada, através de uma matriz de responsabilidade, o valor desse policial parado aqui em Brasília em atividade, capacitações, em prontidão, é o mesmo valor que se paga a esse policial que está no Rio de Janeiro, que está numa operação na área de fronteira ou que está também lá em Alagoas.

Em relação à questão das capacitações, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, através do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública — DEPAID, promove várias e várias capacitações, através de suas redes de ensino à distância, na temática de direitos humanos, na temática de não à tortura, na temática de capacitar os policiais em todo o País, inclusive incentivando as grades curriculares nas academias.

Nós temos que entender que existe um pacto federativo, existe uma independência dos Estados na relação das suas grades, na relação das suas capacitações e dos seus cursos. Enquanto o pacto federativo não for modificado, através de texto constitucional, não há o que fazer, a não ser induzir e articular a política em todos os Estados para que possa ser modificado.

A questão do ciclo completo, que é um debate que vem tomando corpo nesta Casa, a SENASP e a SAL — Secretaria de Assuntos Legislativos, principalmente, têm acompanhado todos os projetos de lei, inclusive será um dos eixos temáticos, um dos eixos de diretriz da 2ª Conferência Nacional de Segurança, que já está sendo lapidada pelo Ministério da Justiça, cuja etapa nacional deve ser concretizada o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Só para corroborar com a sua intervenção, Sr. Maurício, na quinta-feira, nós vamos marcar uma reunião de trabalho deliberativo da CPI e apresentar um relatório preliminar com algumas proposições legislativas.

Uma das proposições legislativas é essa PEC que propõe um sistema compartilhado, federativo e republicano sobre segurança pública. Nós vamos apresentá-la aqui na quinta-feira na CPI, como proposição legislativa. Se o conjunto do Plenário aprovar, nós vamos encaminhar para tramitação.



Devemos apresentar também uma PEC do ciclo completo. Todos esses projetos serão preliminares. É evidente que o conjunto que vai decidir se transformarão em projetos de lei da CPI ou não, mas a construção é um pouco nesse sentido.

Também apresentaremos o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio ou um plano nacional de segurança pública decenal. Isso aí vai depender, não é, Relator? Estamos negociando, e o nome não importa. O que importa é que nós queremos, nos próximos 10 anos, reduzir 70 homicídios para cada 100 mil de jovens negros para um dígito, taxa de País civilizado. Nós não podemos diminuir, todos nós, a Nação brasileira, essas altas taxas.

Eu sei que o Ministério está elaborando o Pacto Nacional de Enfrentamento ao Homicídio. Pelo que nós conversamos com alguns gestores do Estado, a meta é 20%. Eu já falei publicamente e não seria leal da minha parte não falar na presença do Ministro, do Sr. Gabriel e de V.Sa., aqui representando a Secretária Nacional Regina Miki, que nós achamos — e vou usar a palavra que já usei — medíocre a proposta de 20% de redução. Acho que nós não podemos pactuar para uma redução de 20%. Nós queremos pactuar republicanamente para uma taxa de país civilizado. O que é país civilizado? A ONU diz que é um dígito, é menos de dez. Mais de dez é guerra civil.

Então, eu acho que, em nossa opinião, quer dizer, em minha opinião, pois não posso falar pela opinião de todos os membros da CPI, mas, pelo debate, nós queremos um pacto ou um plano que traga os homicídios no Brasil para a casa de um dígito.

É evidente que isso vai exigir um conjunto de políticas sociais, políticas afirmativas, um conjunto de políticas preventivas. E, nesse sentido, nós estamos trabalhando com a hipótese de apresentar, de maneira preliminar, na quinta-feira, agora, na CPI.

E queremos, evidentemente, abrir um diálogo, porque, prorrogando a CPI, nós temos mais um tempo; não prorrogando, nós acertamos politicamente com a Casa, com a Presidência, que nós vamos constituir imediatamente a Comissão Especial da PEC, que reorganiza o sistema federativo sobre segurança pública, e



outra Comissão em paralelo, duas Comissões, simultaneamente, que é a Comissão Especial do Plano Nacional.

Então, é evidente que nós queremos, imediatamente, estabelecer um diálogo com o Ministério e com o Fórum de Segurança Pública dos Gestores, para que a gente possa trabalhar na mesma direção. Que a gente possa colocar a mesma energia no sentido de construir essa pactuação de redução de homicídios no Brasil, envolvendo todos os Governadores e todos os Prefeitos, porque a ideia também é constitucionalizar a responsabilidade, como ocorre no Plano Nacional de Educação. Hoje, 5 mil Municípios estão votando os seus planos municipais, como os 26 Estados e o Distrito Federal acabaram de votar as metas decenais. Nós queremos que a segurança pública seja desprivatizada. Ela não pode ser de quem trabalha ou de quem é agente de segurança pública. Ela deve ser do povo brasileiro.

Nesse sentido, nós achamos que tem que ser constitucionalizada a responsabilidade de as metas decenais serem construídas pelo povo, através desses planos municipais e estaduais e do plano nacional.

Nós vamos apresentar o plano nacional à CPI. É evidente que nós esperamos a contribuição do Ministério e da coordenação desse fórum com os gestores no sentido de corroborar, ou, inclusive, se for o entendimento do Executivo, enviar um plano nacional para esta Casa, e vice-versa, um apensado ao outro. Mas nós queremos trabalhar no mesmo sentido, na mesma direção, porque nós não estamos aqui para discutir protagonismo. Nós queremos aqui preservar a vida das pessoas, preservar a vida dos nossos jovens, em especial a vida dos negros e dos pobres que estão sendo assassinados.

Então, nesse sentido, quero passar a palavra ao Gabriel e ao Humberto, mas por 1 minuto, porque confesso que eu estou doidinho para ir ao plenário.

Com a palavra o Sr. Gabriel Sampaio. Depois, falarão Humberto Adami, Carlão e nossa Relatora, para encerrar.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Muito obrigado, Deputado, quero agradecer, então, pelo convite. A presença aqui na Casa é sempre um momento fundamental. Em relação às nossas contribuições à CPI, queremos nos colocar à inteira disposição. Além do Ministro, todos nós estamos determinados a contribuir com os trabalhos da nossa parte, que é o envolvimento direto com o cotidiano legislativo.



Nós reforçamos o trabalho pela aprovação do PL nº 4.471, que põe fim aos autos de resistência. Entendemos que isso é uma pauta civilizatória e contribui para que as mortes violentas sejam esclarecidas. Então, é uma contribuição de todo o Ministério da Justiça, tanto na construção do projeto quanto na sua tramitação.

Temos aqui o Deputado Pastor Eurico, que também participou, ao longo da tramitação, com a oportunidade de relatar o projeto na Comissão de Segurança Pública, que trouxe importantes contribuições. Tenho certeza de que, em plenário, com compromissos já feitos de que o projeto seja votado, nós possamos aprová-lo e ter mais esse avanço, do ponto de vista de deixar claro, dentro do nosso ordenamento jurídico, que toda morte violenta precisa ser investigada.

Como nós sabemos, o tema desta Comissão Parlamentar de Inquérito é um fato que toca muito a juventude negra do nosso País, e não poderia deixar de fazer esse registro do ponto de vista legislativo. Assim como apoiamos agendas como o fim da revista vexatória, que tem um PL tramitando nesta Casa, o PL da audiência de custódia, achamos fundamental que a pessoa presa, no Brasil, seja levada a uma autoridade judicial para que possa analisar de forma mais racional o sentido das prisões que estão sendo feitas no País.

É muito importante que o nosso País discuta, e, nesse relatório que nós entregamos a todos os Parlamentares aqui hoje, do Departamento Penitenciário Nacional, o Brasil está numa curva ascendente de prisionização. Nos últimos 10 anos, foram mais de 575% de aumento de prisões em nosso País. Somos a quarta população presa no mundo. Os três maiores países, Estados Unidos, China e Rússia, todos eles estão diminuindo a quantidade de pessoas presas para buscar formas mais racionais de punição.

Então, mais uma vez, nós estamos tratando de um debate de punidade ou impunidade, mas também de racionalizar as formas de convívio social e de punição a atitudes que a sociedade entenda como menos graves.

Então, estamos apoiando uma pauta legislativa e o amplo debate, inclusive em relação ao tema das drogas. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas tem empreendido um debate com inúmeros especialistas. O nosso País, do ponto de vista internacional, tem se aliado a discussões mais profundas sobre o tema e tratado dele de acordo com a gravidade que ele tem hoje.



Então, todo o apoio ao nosso Ministério da Justiça em relação à pauta da maioria penal.

Para concluir, nós acreditamos no espaço da política para resolver os principais problemas da nossa sociedade. Nós sabemos que logo mais será votado esse tema. Nós estamos aqui prontos a passar todo o tipo de informação que for necessária, para que, no terreno da política, nós possamos reforçar os direitos e as garantias fundamentais da nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Gabriel.

Com a palavra o Humberto Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI - Sr. Presidente, queria agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, saudar a Relatora, Deputada do meu Estado, e o Deputado Jean Wyllys, também, os demais Deputados. O Deputado Pastor Eurico... Eu lembrei aqui que nós fizemos... É importante o trabalho que se faz aqui. Relembrei que há 2 anos participamos de uma audiência pública sobre a questão do Programa Brasil Quilombola, no qual, a partir da Câmara dos Deputados, foi solicitada uma auditoria operacional no Programa Brasil Quilombola a partir da notícia de que a execução orçamentária do programa, que era um programa de 500 milhões de reais, com 11 Ministérios, tinha sido apenas de 14%.

A audiência pública foi exitosa. O Tribunal de Contas concluiu essa auditoria e está lá, a partir da Comissão de Direitos Humanos... O que se verificou é que, mesmo com a contingência dos tais 14%, mesmo com a contingência do programa — a contingência não aparece do nada, ela é feita, é manipulada —, não chega a 50% dos tais 500 milhões do Programa Brasil Quilombola, que não chega à ponta lá nos quilombolas.

Então, é importante... Isso aconteceu a partir da audiência pública, em que o requerimento foi votado na Comissão de Direitos Humanos.

Essa auditoria está disponibilizada no Tribunal de Contas. A minha sugestão é a de que a Casa busque..., para examinar o que é que... Há mobilização, há legislação, trabalho parlamentar, e, depois, quando chega à gestão, ela morre e nada!



Então, são 500 milhões de reais que não chegam ao quilombola e não vão para lugar nenhum. Na verdade, todos esses lados... Eu entendo que a redução da maioria penal, a questão do benefício, do que se faz em prol da comunidade afrodescendente, são todas facetas do mesmo lado, no sentido de você desnivelar a desigualdade com o povo negro deste País.

Então, eu queria mais uma vez agradecer e dizer que o Conselho Federal da OAB e a Comissão Nacional da Verdade...

Antes que eu me esqueça, em 28 de novembro será entregue o relatório nacional. Desde já quero convidar a todos para estarem, na medida do possível, presentes na Presidência do Conselho Federal da OAB. O advogado Marcus Vinícius, nosso Presidente do Conselho Federal, vai receber o relatório da Comissão Nacional da Verdade da escravidão negra no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra, o Carlão.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR - Presidente, mais uma vez quero agradecer a oportunidade de fazer essa discussão e essa reflexão aqui, desmistificando alguns elementos sobre a questão da redução da maioria penal, e apenas finalizar dizendo que nós não podemos ter a política de punição, encarceramento e de segurança pública única e exclusivamente para a juventude negra. A juventude negra clama por educação, por cultura, por desenvolvimento e por muitas outras políticas públicas que infelizmente não são aplicadas na sua eficácia. Precisamos deste Parlamento, sim, para que ele possa atuar para que seja reduzida a omissão do Estado para com essa juventude.

Quero mais uma vez agradecer a V.Exa. e dizer que estamos à disposição na Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, sempre a postos quando V.Exa., Presidente, e a nossa Relatora Deputada nos chamarem e nos designarem para atuar em alguma frente nesta CPI.

Muito obrigado. Tenhamos uma boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Carlão.

Com a palavra a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes.



A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Quero só agradecer, Presidente, a todos os presentes, a todos e a todas que estiveram aqui hoje à tarde, à Mesa e dizer da importante posição que o senhor aqui colocou de quinta-feira já fazermos uma prévia tanto das propostas como também do plano e do próprio relatório.

Então, até quinta-feira.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Relator, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu gostaria de pedir, se não for muito pedir isto... Eu espero que no relatório da nobre Relatora não conste a desgraça dos milhões de neurônios usados aqui concernentes à legalização das drogas, porque, se esses milhões de neurônios querem o mal da sociedade, é para *(ininteligível)*. Eu fico com um, mas que defenda a sociedade.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Antes de encerrar, eu quero dizer que nós trabalhos até na quinta-feira para prorrogar por 60 dias a CPI, porque há tantos pedidos dos Estados para diligências e audiências. Há audiências marcadas: na Paraíba, dia 3; Acre, dia 5; Rondônia, dia 6; Rio Grande do Sul, dia 10; Pernambuco, dia 13. Nós vamos ter que trabalhar.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Só uma sugestão: que o grupo da Comissão fale com o Presidente, mostre as dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Há um movimento de todos os Presidentes e Relatores nesta semana para prorrogação.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, nós vamos trabalhar nos dois calendários, prorrogando ou não. Por isso eu quero, antes de encerrar, convocar reunião deliberativa para quinta-feira, 9h30min, para apresentação de proposição legislativa através de um relatório preliminar.

Então, boa tarde! Muito obrigado a todos os Deputados, aos assessores, a nossa Mesa e aos convidados pela presença.

Declaro encerrada a reunião.